



# Anais da Assembléia

Nº 29

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 16 DE ABRIL DE 1975

ANO I

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 42ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 1975 (QUARTA FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Leopoldo Jacomel e Fidelcino Tolentino.

À Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Netto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Dácio Leonel, Deni Snwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, Jorge Sato, José Domingos Scarpelini, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer (49); achando-se ausentes os Srs. Deputados Basílio Zanusso, David Federmann, Luiz Roberto Soares e Wilson Fortes. (4).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

### E X P E D I E N T E :

#### REQUERIMENTOS:

de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, solicitando Regime de Urgência, ao Projeto de Lei nº 172/74.

### R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de um VOTO DE PESAR pelo lamentável passamento do doutor NIVALDO BEIRA FONTOURA, ocorrido no último final de semana. Nivaldo Beira Fontoura, exerceu as funções de Promotor Público e desenvolvia o cargo de Procurador de Justiça. Prestou relevantes serviços à Justiça e sua morte trouxe grande consternação nos meios sociais e jurídicos da Capital. Da decisão da Casa, o Deputado requer, que se comunique à família enlutada.

Sala das Sessões, 16 de abril de 1975.

IVAN RÜPPEL

### R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

Tendo em visto informações extra oficiais do que inexistem sementes de trigo no posto da CAFÉ DO PARANÁ, que habitualmente as fornece na região de IRATI — cujo plantio do cereal se inicia no próximo mês de maio, fato que vem provocando, como é natural, apreensão aos agricultores, requiero, regimentalmente, envio de Ofícios aos Exmos. Srs. Secretário da Agricultura e Presidente da Café do Paraná, para, se procedentes as informações, adotarem as urgentes e necessárias medidas para a solução do problema.

Sala das Sessões, 16 de abril de 1975.

a) MAURÍCIO FRUET.

### R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

O Deputados que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de Ofício, ao Excelentíssimo Senhor Superintendente do IPE, solicitando a instalação de uma agência do Instituto de Previdência do Estado - IPE -, no município de GUAÍRA.

Município que vem contribuindo com destaque para o progresso do Estado, em fase de crescente desenvolvimento faz jus a um atendimento mais eficiente por parte desse órgão previdenciário, mesmo porque, distanciado de grandes centros, tem condições, inclusive, de centralizar um atendimento regional.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1975

a) MAURÍCIO FRUET.

### R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições Regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, encaminhe expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado apresentando a solidariedade desta Casa à sua posição contrária à transferência do controle acionário da Telepar à Telebras, bem como manifestado a intenção da Assembléia de rever a Lei que autoriza qualquer transferência do controle acionário.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1975

a) OSWALDO MACEDO.

### R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado Requerimento à Sua Excelência o Senhor Governador do Estado, ao Exmo. Senhor Presidente da Copel e à Administração dos Recursos Hídricos, para que informem os itens abaixo:

1. O Dr. Maurício Schulmann, atual presidente do BNH ocupou há alguns anos atrás a Direção do Departamento de Águas e Energia Elétrica, atualmente Administração de Recursos Hídricos.  
Deseja o Deputado que o presente subscreve saber, daquela Administração, a época em que o Dr. Maurício Schulmann ocupou a referida Direção do DAEE, quanto percebia de vencimentos, e a relação das firmas fornecedoras de material elétrico daquele órgão, e se havia na época concorrências para tais compras;
2. O Dr. Maurício Schulmann, pelo que consta, é funcionário da Copel.  
Deseja este Deputado saber: qual cargo exerce, quais são os seus vencimentos, gratificações, quanto totalizam os seus ganhos.  
O Dr. Maurício Schulmann, em caso positivo de ocupar funções na Copel;
  - a) Foi alguma vez licenciado, com ou sem vencimentos?
  - b) Se foi, com vencimentos, quanto ganhou, quanto recebeu no total com ou sem gratificações?
  - c) Ele exerce alguma função ainda ou já pediu exoneração?
  - d) Se ainda continua, qual o vencimento atual, e se está percebendo salário ou ajuda de custos da Copel.
  - e) Informar, também, se em alguma época, o Dr. Maurício Schulmann deixou de receber seus salários e em caso positivo, por que razão?

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1975.

a) OTÁSSIO PEREIRA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado apelo a S. Exa. o Senhor Governador do Estado e Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, para que aquelas autoridades determinem providências urgentes no sentido de solicitarem à Companhia responsável pelo asfaltamento da estrada no trecho ARAPONGAS-ASTORGA, a conclusão daquele serviço, visto que sua paralização vem causando sérios prejuízos àquela rica região de nosso Estado.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1975.

a) OTÁSSIO PEREIRA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem pelo presente REQUERER, à Mesa, após ciência e anuência do Plenário, seja enviada sugestão ao Senhor Ministro da Previdência Social, no sentido de que aquela autoridade federal, providencie, também, a inclusão de servidores públicos federais, estaduais e municipais, que descontam pelos seus respectivos órgãos de Previdência Social, no acordo entre Brasil-Portugal, quando à assistência, no setor, de brasileiros, gratuitamente, na "deslocação temporária".

Com a medida, se completaria, eficientemente, esta exce-

lente idéia e que traria benefícios incalculáveis aos previdenciários estatais, quando em trânsito pela Nação amiga.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1974.

a) GILBERTO CARVALHO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado OFÍCIO ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, no sentido de que sejam feitos reparos urgentes, na estrada que demanda de União da Vitória — Cruz Machado — Foz de Areia, a citada estrada acha-se em péssimas condições, em dias chuvosos tornam-se intransitáveis.

Nosso Requerimento está fundamentado na justificativa de que com uma melhoria, beneficiaria mais de 30 mil habitantes e também trabalhadores que demandam à construção de Foz de Areia (USINA).

A citada estrada necessita de reparos e desmata, drenagem e revestimento com pedras rebritadas.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1975.

a) DOMÍCIO SCARAMELLA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, se oficie ao Sr. Governador do Estado sugerindo que o CETEPAR — Centro de Treinamento do Estado do Paraná, passe para a Secretaria de Recursos Humanos, pois acreditamos ter sido uma falha na reformulação administrativa recém executada.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1975.

a) GABRIEL SAMPAIO

#### PROJETOS DE LEI:

##### PROJETO DE LEI Nº 38/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná,

##### DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a Associação de Senhoras de Rotarianos de Medianeira sediada na cidade de Medianeira.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação. revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1975.

a) EGON PUDELL

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de utilidade pública tem finalidades filantrópicas e presta relevantes serviços à comunidade de Medianeira.

##### PROJETO DE LEI Nº 39/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

##### DECRETA:

Artigo 1º — Fica declarada de utilidade pública a Associação de de Proteção à Maternidade e Infância com sede em Medianeira.

Artigo 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1975.

a) EGON PUDELL

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, tem finalidades culturais, filantrópicas e assistenciais, presta relevantes serviços à comunidade de Medianeira e preenche os requisitos exigidos em Lei.

#### PROJETO DE LEI Nº 40/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná,

D E C R E T A:

Artigo 1º — Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais, Amigos de Excepcionais (APAE) com sede em Medianeira.

Artigo 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1975.

a) EGON PUDELL

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche todos os requisitos legais, tendo finalidades assistenciais e filantrópicas prestando relevantes serviços à comunidade de Medianeira.

— (Assume a Presidência o Sr. Deputado Gabriel Sampaio).

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Otássio Pereira.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA — Sr. Presidente, solicito a transferência de minha inscrição para outro dia.

O SR. PRESIDENTE — Deferido. Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Lúcio Machado. — (Pausa). Não se encontrando presente o Sr. Deputado Lúcio Machado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Maurício Fruet. — (Pausa). Não se encontrando presente o Deputado Maurício Fruet, concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz, quarto orador inscrito.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Como é do conhecimento da Casa, no último sábado e domingo estivemos no Sul do País, com a Bancada do MDB, reunidos em Florianópolis. Entre os assuntos lá discutidos, coube-me a honra de relatar um, que diz de perto aos interesses não só do MDB mas também da ARENA. Na qualidade de relator, fiquei incumbido de trazer à Assembléia Legislativa do Paraná uma das recomendações feitas durante aquele conclave, em especial ao Presidente desta Casa e às lideranças do MDB e Arena.

Sr. Presidente, depois de longos debates, aquele conclave houve por bem ter formulado a seguinte recomendação: (Lê): "Reconhecendo a inobscurecível utilidade da existência de um organismo interpartidário e interparlamentar, a nível regional, para a realização de estudos sobre problemas sociais e econômicos afins, proclamar a necessidade de restabelecimento da Comissão Interparlamentar do Extremo-Sul — CIEPES — responsável, em passado não muito distante, pelo encaminhamento exitoso de medidas adotadas em favor do desenvolvimento sócio-econômico dos três Estados sulinos".

Sr. Presidente, realmente o Sul do Brasil tem sido muitas vezes confundido pelo Governo Federal com São Paulo. Porém quando o Governo Federal inclui São Paulo, no planejamento, as coisas ficam diferentes. A renda "per capita", os produtos brutos do Estado, enfim, os índices econômicos dos Estados do

Sul, confundidos com São Paulo, perdem sua validade.

Dáí, porque, Sr. Presidente, a recomendação feita durante aquele encontro, para que um organismo que já funcionou nessa região, tendo sido, inclusive, um dos responsáveis pela criação, na época, do Banco Regional de Desenvolvimento Econômico, venha a ser novamente acionado.

De outro lado, Sr. Presidente, é conveniente, na oportunidade foi falado em Florianópolis, — que no regime e sistema em que vivemos, com Governadores nomeados pelo Governo Central, Governadores esses que exercem cargos quase em comissão e, portanto, perdendo sua condição para reivindicar em nome desses Estados, se unidos os três Estados do Sul, por intermédio de seus parlamentares, eles poderiam ser bastante fortalecidos.

Por isso, Sr. Presidente, neste momento, solicitamos as atenções da Presidência desta Casa e das lideranças dos dois Partidos, para que procurem um entendimento com as Bancadas da ARENA e MDB, de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, para a reativação da Comissão Interparlamentar do Extremo Sul.

Eram essas as minhas palavras.

— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lineu Turra, quinto orador inscrito.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A minha presença hoje na Tribuna é apenas para umas considerações com respeito ao que foi publicado no jornal "O Estado do Paraná" de hoje. Nós do MDB, na verdade, temos nos preocupado bastante com os problemas não só de nosso Estado mas, também, da Nação.

Foi com satisfação até que li no "O Estado do Paraná", de leve, alguma coisa que dizia do agrado do Exmo. Sr. Presidente da República com relação a atuação do MDB.

Nós, realmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, temos nos preocupado com os problemas do povo e por esta razão, muitas vezes, quando assomamos à Tribuna fazemos críticas e críticas geralmente severas, mas que o momento exige.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que verificamos é que, por vezes, se pretende dar soluções aos problemas de uma forma violenta. Lendo "O Estado do Paraná", com relação ao angustiante problema do combustível que está preocupando o mundo inteiro, encontramos a preocupação de uma Comissão que enviou ao Exmo. Sr. Presidente da República uma sugestão no sentido de permitir o uso de veículos particulares de acordo com o número da placa em determinados dias da semana e determinadas restrições no que se refere ao uso de veículos oficiais. Entendo que esta é uma medida deveras violenta e que não se coaduna com o direito e os princípios de liberdade. Entendo que a medida a ser tomada com respeito a economia no gasto de combustível, que possa refletir na economia nacional, não deveria ser desta forma.

Cada cidadão usa o veículos de acordo com suas necessidades. Se não tem necessidade de usar o carro hoje, amanhã terá; se não tiver amanhã fará uso do mesmo quando tiver necessidade. Com relação aos veículos oficiais não creio que nenhum responsável por nenhum veículo oficial faça uso dele indevidamente. Acredito que todos nós brasileiros temos consciência de nossa responsabilidade.

Entendo que deve ser não só pelo Movimento Democrático Brasileiro, como pelos companheiros da Aliança Renovadora Nacional encetada uma campanha no sentido de que o uso dos carros seja feito somente quando houver necessidade, para economizar combustível.

Confiemos no alto espírito patriótico do Exmo. Sr. Presidente da República e por isto mesmo certeza temos de que, se S. Exa. fizer um apelo, todos os brasileiros haverão de acolher com bom grado seu apelo, mas não devem ser adotadas medidas violentas que venham fazer restrições aos direitos dos cidadãos. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Osvaldo Macedo, sexto orador inscrito.

O SR. OSVALDO MACEDO – Sr. Presidente, Srs. Deputados. Li nos jornais de ontem o anúncio de uma confirmação, isto é, a transferência do controle da Telepar à Telebrás, assunto que denunciemos, desta mesma Tribuna, há dias passados.

Chegou ao nosso conhecimento, no dia de hoje, que as classes produtoras do Paraná irão ao Secretário da Indústria e Comércio para levar um memorial contrário à transferência do controle acionário da Telepar à Telebrás.

Temos conhecimentos que a forma dessa transferência é excessivamente danosa aos interesses do Paraná, haja visto que se pretende entregar à Telebrás ações da Telepar, quando nós sabemos que estas ações, se colocadas no mercado, atingirão um preço bem superior. É também do nosso conhecimento que o atual Governador do Paraná resiste contra esta transferência, pretende que a Telepar permaneça sob o controle do Governo no Paraná, e da gente paranaense, mas que as pressões, que estariam vindo de cima são tamanhas e são muito grandes o que não chega a surpreender, quando se sabe que o atual Ministro das Comunicações é o Sr. Quandt de Oliveira que, antes até de assumir o Ministério, era Diretor da Siemens do Brasil que hoje instalou uma indústria em Curitiba, e que segundo comentários ficaria com a fatia do Sul do Brasil explorando o setor das telecomunicações.

Achamos que deve ser objeto de averiguações, de Comissão Parlamentar de Inquérito, que investigue as ações das multinacionais neste País, e nesse sentido encaminharemos sugestão aos membros desta Comissão.

No dia de hoje queremos propor que esta Assembléia manifestasse publicamente a sua solidariedade ao Governador do Paraná com relação à sua posição contrária à entrega, à transferência do controle acionário da Telepar à Telebrás, para dizer lá fora, àqueles que estão pressionando, que esta posição que aqui será assumida terá o apoio, terá o resultado político de todo o Estado do Paraná, que esta Casa e nesse sentido encaminhará. Requerimento prestando solidariedade, contrária a esta transferência, e manifeste desde já esta intenção de rever a lei aprovada em junho do ano passado, que autorizou a transferência deste controle acionário, mostrando esta Assembléia, que não está de acordo com a entrega da Telepar à Telebrás o que, por certo, se ocorrer, não será benéfico para o Paraná.

Muito obrigado. – (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Maurício Fruet, sétimo orador inscrito.

O SR. MAURÍCIO FURET – (Lendo):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Dias 22 e 23 de maio serão realizadas as eleições para a Diretoria do Sindicato dos Bancários de Curitiba, às quais concorrerão três chapas já inscritas. Está, a classe bancária, sendo chamada às urnas para, democraticamente, eleger os novos dirigentes do maior Sindicato de Bancários do Estado e que, anteriormente, houvera sido um dos mais atuantes em todo o País.

Dizemos anteriormente, porque o Sindicato dos Bancários Curitiba encontra-se sob intervenção do Ministério do Trabalho desde o dia 22 de Setembro de 1971. Desde aquela data, vem sendo dirigido por uma Junta Interventora, da qual dois elementos são advogados do Banco do Estado do Paraná S/A. A intervenção se verificou em pleno Governo de Haroldo Leon Peres, quando os bancários desenvolviam ampla campanha de denúncias contra fatos relacionados, a qual campanha recebia o apoio dos Sindicatos da Guanabara, do Rio Grande do Sul, de São Paulo e de outros Estados da Federação brasileira, e justamente a posição do Sindicato dos Bancários do Paraná, em Congresso do qual participaram os Sindicatos referidos, foi de amplo apoio na defesa da luta contra o arrocho salarial e em defesa da plena e total liberdade sindical em nosso País.

– (Reassume a Presidência o Sr. Deputado Paulo Camargo)

Logo em seguida a este amplo apoio e tese levantadas pelo Sindicato de Curitiba, apresentado, como disse, no referido Congresso, levou o Governo de então, a tentar fazer silenciar os trabalhadores bancários, com seguidas intervenções nos Sindicatos de Curitiba e da Guanabara, e na própria Federação Nacional dos Trabalhadores em estabelecimentos de crédito. O disfarce de intervenção foi de que o ato de força do Ministério do Trabalho será para apurar as irregularidades existentes no Sindicato. Hoje, passados três anos e sete meses, essas irregularidades não são conhecidas, pois a Junta Interventora nada encontrou que pudesse dar conteúdo de veracidade à falsa pretensão do Governo Federal, aliado ao Governo Estadual, em intervir na entidade. Pelo contrário: a Junta Interventora afirmou, em boletim publicado, que as contas da entidade estavam em perfeita ordem.

Mas, o que é de pasmar, é que o ato de intervenção fora adotado por 90 dias, e durou nada menos do que três anos e sete meses, até o dia de hoje, por que? Qual o motivo? O que levou a um ato de força tão prolongado? Nenhuma explicação oficial foi, até hoje dada. O ato, determinando a realização das realizações das eleições, partiu do Sr. Ministro do Trabalho, Sr. Arnaldo Prieto, através de telegrama dirigido à Delegacia do Trabalho, sem qualquer explicação. Então, é de se perguntar, para que serviu a intervenção, a não ser tentar calar os bancários nas suas lutas em defesa de seus direitos e interesses, e dos direitos e interesses dos trabalhadores? O ato determinado pelo Ministro do Trabalho no sentido da realização das eleições, simplesmente nada informa, da razão que teria sido levantada para tolher a liberdade do Sindicato dos Bancários de Curitiba, mas não poderíamos deixar de registrar este fato, na certeza de que, nas vésperas da eleição, as três chapas inscritas nos dias 22 e 23, em maio, nestas eleições sejam respeitadas integralmente a ampla expressão do pensamento dos bancários e que não haja seleção prévia dos candidatos, e finalmente que seja um pleito livre e democrático. Por direito de justiça não poderíamos deixar de louvar o Sr. Ministro Arnaldo Prieto, homem liberal e democrático, que porporcionará ao maior Sindicato bancário do Paraná, o restabelecimento de sua legitimidade.

– (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Desejava na tarde de hoje, fazer um registro por se constituir significativo para a agricultura do Paraná. Em data de ontem tivemos a oportunidade de assistir, no Palácio Iguaçu, a assinatura de um Convênio entre o Governo do Estado, representado pelo BADEP e o Banco Central, representado por seu Diretor o Dr. José de Mello e um levantamento pelo BADEP sobre a capacidade armazenadora paranaense, que atinge a safra 74/75, no montante de 1.600 toneladas de capacidade e a abertura deste déficit exigiria a ordem de um milhão de cruzeiros. O BADEP apresentou, depois de formulado ao Banco Central, o programa paranaense de armazenagem agrícola, acompanhado de um grupo de recursos não particularmente para o Banco, mas para serem repassados pelo agente financeiro do Banco Central do Paraná, de modo que permitisse com a participação desses agentes e dos empresários privados compor o valor necessário ao total dos investimentos. E na formula apresentada e aprovada pelo Banco Central, caberia aos agentes a responsabilidade de arcorrerm com uma parcela de 10%, aos empresários tomadores dos recursos também de 10% e ao Banco Central os 80% restantes. O apoio do BADEP foi ouvido pelo Banco Central que imediatamente colocou uma importância de 200 milhões de cruzeiros para ser entregue a proprietários rurais e cooperativas de produtores que se interessarem em desenvolver o programa.

Estaremos assim, atendendo uma máxima governamental dentro de uma nova filosofia de governo que deverá repassar recursos para atender este setor de armazenamento beneficiando os produtores e as cooperativas de produção. Evitando-se repassar recursos para as intermediárias, para as multinacionais ou para empresas que armazenando, exigem do produtor uma opção de compra depois de decorrido determinado prazo de armazenamento.

Portanto, é bastante significativo para este Deputado e porque não dizer, para o Governo do Paraná, registrar a obtenção de recursos na ordem de 200 milhões de cruzeiros para ser aplicado no setor do armazenamento, desafogando a safra paranaense, evitando inclusive, a demanda de produtos para determinadas unidades armazenadoras onde filas de caminhões o fazem com prejuízos evidentes para os produtores e transportadores também.

Quer me parecer que a descentralização do armazenamento é feita a partir do instante em que este programa foi cumprido na própria zona de produção, o que será indubitavelmente uma medida que virá solucionar grande parte do problema. Desejava, entretanto, dizer que o PROPAZEM, tem desenvolvido parte de seus recursos que estão à disposição dos interessados.

Também, com o apoio do Banco Central através de um plano elaborado pelo BADEP, foram repassados recursos do Banco Central no valor de 95 milhões de cruzeiros dos quais 45 milhões são objetos do último convênio que é o Programa de Apoio Econômico à Produção de Sementes Selecionadas. E em parte também bastante significativo, o Banco Central anunciou ontem em Curitiba com a presença de um dos seus diretores, o lançamento do programa de garantia através do PROAGRO (Programa de Garantia da Atividade Agro-Pecuária), lançado para exonerar o produtor rural de obrigações financeiras relativas a obrigações de crédito rural, ou investimento por ocorrências extraordinárias, como fenômenos naturais, pragas, e doenças que tanto prejudicam a nossa agricultura. É, a grosso modo, a implantação do tão sonhado Seguro Agrícola, tantas vezes reclamado por esta Casa e que, agora, traduz-se num atendimento objetivo.

Desejava, Srs. Deputados, Sr. Presidente, antes de deixar a Tribuna, dizer que me congratulo com o ilustre Deputado Deni Schwartz pela pretendida restauração da nossa extinta CIEPS que, durante a 7ª Legislatura, funcionou em termos de aglutinamento dos Estados meridionais, de forma a defender os interesses do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Eu mesmo tive oportunidade de presidir uma das suas sub-comissões, a Sub-Comissão de Assuntos Gerais, e verifiquei que o interesse da CIEPS se dissolveu no instante em que os paulistas começaram a participar dela, quando por ocasião de uma reunião em Florianópolis. Depois, houve uma reunião em São Paulo, onde os representantes paulistas pretenderam impor a sua vontade aos Estados membros e que tinham suas economias alicerçadas na agricultura.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é com prazer que venho à Tribuna, nesta data, a fim de congratular-me com o Deputado Túlio Vargas, Secretário de Justiça, pela nomeação do ex-Deputado Antonio Lopes Junior para o Departamento de Justiça daquela Secretaria de Estado.

Congratulamo-nos com o Sr. Governador do Estado por aproveitar para cargo tão importante, para uma função de tanta responsabilidade, uma das mais brilhantes inteligências da política paranaense.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Um dos objetivos do MDB firma-se na propositura de clamar por justiça e de constatar as injustiças quando elas apare-

cem, sejam neste ou naquele setor de atividade humana deste País.

E ocupamos, hoje, a Tribuna desta Casa para, em sentido de informação, apresentar um Requerimento ao Departamento de Censura Federal e indagar sobre fatos que afastaram dos programas de televisão deste País os profissionais da Alta Costura da Nação, da alta moda, Dener Pamplona, Clovis Bornay, Clodovil e outros.

Segundo temos conhecimento esses homens foram afastados do vídeo da Televisão Nacional porque a censura percebeu e manifestou haver percebido que suas apresentações teriam o decoro da sociedade brasileira.

Não estamos aqui para advogar a causa desses profissionais, muito menos para pedir que a censura federal revogue a sua atitude, fazendo-os retornar ao vídeo da TV brasileira.

Estamos aqui para indagar, através de um Requerimento, quais os motivos fundamentais que levaram a douta censura federal a afastar esses profissionais que faziam a propagação de suas atividades, deixando aí um Ronald Golias ferindo a dignidade e o decoro da família brasileira, mantendo e apresentando um programa que fere a dignidade pessoal e até a dignidade cristã.

Como o partido que nos trouxe a esta Casa tem como objetivo principal e fundamental a justiça em si, não poderia, como Deputado Estadual, deixar de vir à Tribuna neste momento para apresentar o Requerimento de informações ao Departamento de Censura Federal, o qual passarei a ler: (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve no uso dos seus direitos que lhes são conferidos por Lei, requer, ao Departamento de Censura Federal, informações suscintas sobre o fato que levaram o afastamento das expressões supra citada em Súmula dos contatos Televisados do País a que se informa ainda, se o programa Ronald Golias não fere o decoro, não prejudica os costumes e não caracteriza sensibilidade moral de seus telespectadores.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1975.

a) LÚCIO MACHADO.

SÚMULA:

Requer ao Departamento de Censura Federal, informações sobre fato relacionado ao afastamento dos Costureiros da Alta Moda; Dener Pamplona, Clovis Bornay, Clodovil e outros dos programas de Televisão."

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não fosse a falta de tempo que nos privou, ontem, de um aditamento verbal ao Requerimento que encaminhamos à Mesa e que mereceu a aprovação desta Casa, relativamente à crise em que se debate nossa economia cafeeira, não nos veríamos na contingência de, nesta data, aqui voltar.

Ocorre, entretanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que muito a propósito, nenhuma referência fizemos, nem pedido de providências encaminhamos ao Governo do Estado, porque justamente entendemos, ser óbvio que, em tais circunstâncias, a presença do Governo se faça cumprir. O Poder Legislativo, não só o de nosso Estado, mas do País, tem posição marcante na sua história, como o grande comandante das soluções para as crises que se apresentaram e envolveram o País através dos tempos. Na verdade, falar do que se viu, do que se vê sempre sobre os problemas cafeeiros, é abordar assunto dos mais complexos e que envolvem os mais variados interesses, desde o início da cultura cafeeira, até o seu consumo através do mercado internacional. Mas, se nós podemos dizer hoje que o Paraná perdeu a grande oportunidade de se transformar num Estado industrial, aproveitando a chamada "época do ouro" da sua economia cafeeira, verdade é

que no presente o Paraná está a exigir. não só o Paraná mas a Nação em que nosso Estado, apesar dos pesares, ainda é o grande Produtor, — que o Poder Público, que os Poderes constituídos se conscientizem da realidade da atual crise cafeeira.

Estamos chegando, sem exagero, num momento em que o próprio lavrador, o pequeno produtor, o pequeno proprietário de terras, estão entre a alternativa que não lhe dá direito de voltar atrás, porque quem abandona uma cultura permanente para se dedicar a uma cultura temporária, jamais voltará atrás ou terá condições para isso.

As iniciativas de reforma das lavouras cafeeira em nosso Estado, depois de funestas erradicações havidas, fruto da desorientação tanto do Governo Federal como do próprio Governo do Estado, está nos levando a este ponto. Não só nosso Estado poderá sofrer uma debacle em seu ICM, mas o próprio País poderá ficar sem um dos seus mais valiosos meios de obtenção de divisas se não houver, realmente, uma conscientização da gravidade deste problema.

Acreditamos firmemente que a atual situação, em toda a sua gravidade, seja objeto de estudo e de meditação profunda por parte do Sr. Governador do Estado, mas não sentimos, Srs. Deputados, transceder do Palácio Iguaçu esta preocupação.

O SR. OSWALDO MACEDO - V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Prezado Deputado Muggiati, estou assistindo, com muita alegria, o seu pronunciamento mas, também, assisto com tristeza porque, pertencendo aquilo que o ex-Governador Bento Munhoz da Rocha Neto chamou de primeira geração do café, vemos a decadência da cultura do café no Paraná.

Realmente, o Norte do Paraná está se empobrecendo em razão da política cafeeira adotada pelo Poder Público, notadamente do Governo do Paraná, haja visto que o Governo do Paraná, pertencendo ao mesmo partido do Governo Federal não tem representante deste Estado na Diretoria do Instituto Brasileiro do Café. Sabemos que existe uma vaga no IBC que não foi preenchida e deveria ser preenchida por um paranaense para que levasse alguns conhecimentos a essa Diretoria que nada entende de produção cafeeira, pode entender de comercialização internacional do café, mas não de produção, como já disse. Isto demonstra a saciedade e a falta de interesse não só deste Governo Estadual, mas também do Governo anterior com relação a cultura em nosso Estado.

Este o aparte que desejava dar a V.Exa.

O SR. MUGGIATI FILHO — Fico-lhe grato, nobre Deputado Oswaldo Macedo eminente co-líder de nossa bancada.

Desejo fazer a leitura de mais um trecho do discurso pronunciado pelo Sr. Camilo Calazans de Magalhães, Presidente do IBC, analisando a cultura do café. Para que se tenha presente que não são palavras que podem ser muitas vezes com, ou, aquela intenção, rotulados de pessimistas, de um homem da Oposição que dignamente representam o Governo do Estado nesta Casa, o seu apelo, porque na realidade a minha finalidade neste Tribuna é de um apelo ao Governo do Estado.

(Reassume a Presidência o Sr. Deputado Gabriel Sampaio).

Mas como dizia, como disse o nobre Deputado Oswaldo Macedo, carecedor de melhor representação junto ao IBC, o Estado do Paraná conta entretanto, junto ao Governo da República hoje, até com um Ministro, que é o Sr. Ney Braga, e outras figuras de relevo da Administração Estadual que participam das esferas federais, e que podem congrega os seus esforços numa luta titânica - que deve ser a que será travada - em defesa do principal produto do nosso Estado e do País, pois o café ainda é, nas escalas mundiais, o 2º produtor na ordem das exportações e o que maiores divisas tem proporcionado ao nosso País. Apesar de que, fruto da inexperiência, o Brasil está entregando hoje, café, em pagamento das garantias que precipitadamente concedeu aos seus importadores.

Mas, disse o Presidente do IBC - para que também se veja

que Sua Excelência é o primeiro a reconhecer a gravidade do problema assim se pronunciando o Sr. Camilo Calazans Magalhães:

*"Quando se fala, porém, de safras volumosas, e quando se comenta o excesso da oferta sobre a demanda, com relação ao café, eu me atrevo a demonstrar preocupação, baseada no que pude observar, nestes poucos momentos, a propósito do problema cafeeiro. O futuro desse produto não me parece tranquilo e é inquietante, essa constatação, tratando-se de uma mercadoria que é a segunda na pauta das exportações mundiais. Essa preocupação que assinalai, aumenta quando se confrontam as relações entre o preço e custos de produção.*

*Quando saí do Brasil, faz pouco tempo, deixei sobre a minha mesa de trabalho um estudo feito por produtores de café, no qual se verifica que, crescendo os custos de produção, tecnicamente se pode afirmar, sem dúvida, que a próxima safra terá um custo de 750 cruzeiros por saca, ou seja, de 90 dólares.*

*Levando-se em conta os atuais preços conseguidos no mercado internacional, chegamos à conclusão que o futuro do café, se não houver defesa de preços que pague os custos da produção, terá a mais sombria perspectiva, não só para as nações que dependem essencialmente do café, mas também para os produtores, para os importadores e para todos aqueles que direta ou indiretamente estão envolvidos nos negócios cafeeiros."*

Aliás, demonstrando o perfeito conhecimento do problema, fui honrado, ontem, no encaminhamento da votação do nosso Requerimento, com um pronunciamento do Deputado Gilberto Carvalho, reconhecendo que o preço pleiteado, que se pleiteia, de 500 cruzeiros por saca de café, é ainda o mínimo que se pode pedir para salvar da crise a lavoura cafeeira.

Vejam os Srs. Deputados que em 1972 o volume de exportação brasileira de café, foi de 1 milhão, 57 mil e 103 dólares. Em 1973 havia um acréscimo para 1 milhão 344 milhões, 151 mil e em 1974 reduziu-se para 984 milhões. Apenas nos meses de fevereiro e março de 1974 houve um equilíbrio nas exportações. Nos demais meses as exportações declinaram e a revista "Conjuntura Econômica", da Fundação Getúlio Vargas, a propósito deste problema, ou seja, as dificuldades nas vendas, em 1974 nos esclarece que o Brasil havia exportado 19 milhões 214 mil sacas em 1972, 19 milhões 217 mil sacas em 73 e que as exportações mundiais, que foram de 57 milhões, de sacas em 1972 alcançaram 61 milhões, 40 mil em 1973. Houve um consumo mundial estimado em 55 e 56 milhões, respectivamente. Há aqui um erro tipográfico que eu corriji com esta citação final, consumo mundial 55 e 56 milhões. Além deste aparente excesso de café para os dois anos, as exportações para países exportadores foram mais que o consumo em 1974, em cumprimento às vendas de 73 até fevereiro de 74. Objetivando incentivar vendas e tendo em vista que os contratos especiais com torradouros do exterior vencidos em dezembro de 73 não haviam sido renovados, instituiu o IBC em 15 de maio um desconto de oito centavos de libra-pesos para vendas realizadas a partir daquela data e para embarque até 31 de julho.

Novamente, em 28 de junho o IBC introduziu nova redução na quota de contribuição e por esses motivos a própria Revista que é um órgão oficioso, reconhece que continuarão quase para as nossas vendas para o exterior também em junho e julho, estabeleceu "novas bases de registros reduzindo a quota de contribuição, redução que correspondeu aproximadamente ao desconto de oito centavos por libra instituído em 15 de maio e que foi eliminado com o advento da referida resolução."

Vêm os Srs. que não há uma voz dissonante. O Brasil precisa encontrar o caminho certo para ficar em dependências desta natureza. Vejam os Srs. que o próprio... vou concluir, a frase e darei o aparte a V. Exa... o próprio órgão da Fundação Getúlio Vargas faz esta referência a esta questão dos avisos de garantia". Em setembro passou a firmar com torradores do exterior contratos denominados de fornecimento, pelos quais eles se comprometiam a adquirir determinada quantidade de café do Brasil durante um ano, ficando-lhes assegurado que o custo final efetivo seria baseado nos indicativos da Organização Internacional do Café, para os cafés da América Central e Robustas."

—(Reassume a Presidência o Sr. Deputado Paulo Camargo).

Ou seja, a média apurada dos dois preços destes cafés. Quando os preços do café do Brasil estivessem, como tem de fato ocorrido, desde a vigência dos contratos mais altos que os cafés das demais procedências, considerados os diferenciais normais. O IBC indenizaria os torradores contratantes pela diferença calculada em dólares, mediante a emissão de avisos de garantia. Tais avisos de garantia são, como no passado, transferíveis, só aplicáveis na compra do café para embarque no Brasil dentro dos noventa dias seguintes às datas de sua emissão. A medida foi considerada como suscetível do ativar vendas à medida que os estoques nos países consumidores fossem baixando a níveis normais, mas os preços líquidos e consequentemente, a receita cambial do País, passaram a ficar na dependência do comportamento do mercado de café daquelas procedências, isto é, América Central e Robusta.

O SR. GILBERTO CARVALHO — V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento).

Estou ouvindo, com atenção, o pronunciamento de V. Exa. e se não o apartei antes foi para não interrompê-lo. Mas, Sr. Deputado, V. Exa. põe muito bem o assunto, como já tive oportunidade de observar ontem, mas eu não posso concordar no entanto com o que diz V. Exa.

Se me fiz entender, V. Exa. disse que o Governo do Estado não tem tomado iniciativa alguma com relação ao café.

Informo a V. Exa. que o Governador do Estado, está preocupado, bastante preocupado com o problema. Haja visto que trouxe S. Exa. para o seu Governo, um dos homens mais entendidos de café, que é o atual Secretário da Agricultura, o qual, quando Diretor do IBC, discordou com a política adotada pelo IBC.

Tanto o Governador como o Secretário da Agricultura são cafeicultores. Como já disse, Sr. Deputado, a medida de preço é paliativa, pois precisamos de medida paralela de condições de aumento da produtividade, dando condições ao cafeicultor de reforma de sua lavoura, lavoura que tanto já contribuiu para a Nação, que já produziu 150 sacas por mil pés e hoje não atinge 50 sacas. O trabalho é o mesmo, a produção é menor, consequentemente só preço não resolve.

Lutamos pela extinção do confisco ou cota de contribuição para formar um fundo, devolvendo ao Cafeicultor para reforma e assistência à cafeicultura, o que, para surpresa nossa, foi dado ao importador. No mais, Sr. Deputado, estou de pleno acordo e voltaremos ainda a falar sobre o assunto de tão elevada importância. Informo ainda a V. Exa. que o maior lote de café beneficiado está na minha região. São 55.000 sacas de café de uma só firma, e não sabem como fazer. Agradeço a atenção de V. Exa., por me conceder este aparte.

O SR. MUGGIATI FILHO — Eu é que agradeço a V. Exa., Deputado Gilberto Carvalho, quando faz referências a grandes populações que vivem quase que exclusivamente do produto do café.

Mas, esclarecendo melhor a V. Exa., dissemos que acreditamos firmemente — e foi esta a expressão que usamos que o Governo esteja atento a este problema, mas não vemos e não sentimos transcender do Palácio Iguazu esta preocupação.

O problema está aí, como outros que existem em nosso País, e o Governo procura soluções que não são as ideais. O que

entendemos é que deve o Governo se integrar no problema que é vital para o Estado e para o País e nosso Estado deve estar integrado pelo seu Governo para poder pleitear do Governo Federal o que for cabível, com todos os órgãos de seu Poder.

Não acredito que exista uma voz que negue apoio aqueles que representam o povo, para defender os interesses do Estado e da própria Nação.

Este é o apelo que fazemos ao Governo do Estado, aqui legitimamente representado por seu líder e demais Deputados da ARENA. Não inserimos em nosso Requerimento, por entendermos ser óbvio que o Governo se interesse mais que qualquer outro por este problema.

O que queremos sentir é que o Governo está agindo neste sentido com medidas que não sejam paliativas, como esta que o Governo Federal estampa na imprensa, pela qual parece que não existe mais miséria para os maiores de setenta anos no País. No entanto, para que um velho de 70 anos receba os benefícios da Lei, ele precisa ter sido filiado ao INPS, ou ao FUNRURAL, ou trazer prova que já pertenceu a um desses institutos. A própria imprensa diz isso. São 200 mil velhos a esperar esse benefício e apenas seis mil requereram. O Governo faz a concessão e a tranca depois.

De modo que não estamos pedindo medidas paliativas. Entendemos que o Governo tem que se integrar com os produtores com os homens do setor financeiro e sentir, principalmente, o problema do lavrador paranaense, do lavrador brasileiro, na esfera federal.

Fica registrado, nesta Casa, mais até como um testemunho pessoal, este estado em que o produtor, suportando as últimas angústias, não tem o preço que lhe possa compensar a produção. E iremos sentir o que estamos sentindo hoje, as consequências de não ter sido aproveitada a época da produção cafeeira em nosso Estado e não tê-lo transformado em um Estado Industrial. E sentiremos mais tarde, o que representará para nós e para o País a ausência da cultura cafeeira.

O SR. OSWALDO MACEDO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Peço excusas por apartá-lo novamente. Mas V. Exa. está tocando num ponto que gostaríamos de abordar da Tribuna desta Casa. Realmente, os cafeicultores do Brasil sempre foram mal entendidos, ou mal interpretados, pelo Governo Federal.

Lembro-me que, há alguns anos atrás, quando era Ministro da Fazenda o Sr. Roberto Campos, aqui mesmo em Curitiba, demonstrando menosprezo para com os cafeicultores, declarou que quando quatro cafeicultores se encontravam, haveria, pelo menos, cinco opiniões diferentes. E isso porque nunca se procurou dar atenção ao cafeicultor. O Paraná sempre mandou dinheiro para fora e quase nada recebeu. A política financeira brasileira beneficia todos os Estados. E o Paraná muito contribuiu para superar os déficits orçamentários de muitos setores nacionais.

Parece-me que caberia ao Sr. Governador do Estado, como primeiro advogado do Estado, reiniciar esta campanha para que esse dinheiro da cafeicultura do Paraná beneficiasse, realmente, a política cafeeira de nosso Estado. E com esse trabalho, S. Exa. não seria apenas o Governador do Partido, mas o Governador de todo o Estado.

O SR. MUGGIATI FILHO — V. Exa. ilustrou bem o meu pensamento. Acredito mesmo que V. Exa. comparecendo a esta Tribuna, assim como outros Companheiros de nossa Bancada e da ARENA, farão necessário até a solução definitiva deste problema. Porque, realmente, estamos diante de um problema que pode ser classificado como o de maior importância para a economia da própria Nação.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O Sr. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Devo iniciar minha oração dizendo que nada tenho de pessoal contra o nobre Deputado Alfredo Gulin, mas que se hoje venho à Tribuna, é para cumprir o meu papel de Deputado que jurou a Constituição e devo, nesta oportunidade, lembrar que há alguns meses, neste mesmo Plenário, jurei cumprir a Constituição Federal e Estadual.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Devo talvez lembrar fatos ocorridos no dia 1º de abril, nesta Casa. Solicitei, naquela oportunidade, audiência da Comissão de Constituição e Justiça, através de Requerimento encaminhado à Mesa Executiva, para análise e aval deste Poder a participação do nobre Deputado Alfredo Gulin na eleição do Sr. Saul Raiz para a Prefeitura de Curitiba. A referida Comissão, através do seu relator, Deputado Dácio Leonel, afirmou naquela oportunidade que Requerimento de nossa autoria - que levantava o problema do Deputado Gulin, pedindo audiência daquela Comissão para que decidisse da participação ou não daquele Deputado nas eleições para a Prefeitura de Curitiba. Comissão da qual fazemos parte mas, como dissemos, não votamos aquele parecer por termos sido autor do Requerimento, di-

zia o Deputado Dácio Leonel que o nobre Deputado Alfredo Gulin não tinha notória vinculação com os serviços de transporte coletivo de nossa Capital, como eu afirmara no Requerimento.

Dizia ainda o Deputado Dácio Leonel que o nosso Requerimento, além de impertinente, era descabido e destituído de qualquer suporte legal. Devo, Sr. Presidente, responder hoje ao Deputado Dácio Leonel que exarou esse parecer naquela Comissão de Constituição e Justiça.

O Sr. Deputado Dácio Leonel deveria estudar as coisas com mais afinco e eu vou provar, hoje, ao Deputado Dácio Leonel que o Sr. Alfredo Gulin tem notória vinculação com o transporte coletivo de nossa cidade de Curitiba. E, se faço isso, hoje, é para provar que o Requerimento de nossa autoria tinha fundamento.

Nada tenho de pessoal, repito, contra o nobre Deputado Alfredo Gulin, absolutamente nada. Estou apenas cumprindo meu papel aqui, de defensor daquilo que jurei, dos preceitos legais da Constituição, que devo preservar e respeitar.

Estão aqui os documentos: "Diário Oficial do Município de Curitiba. Contrato entre o Município de Curitiba e os Transportes Coletivos Glória Limitada, assinado pelo Prefeito Jayme Lerner e pelos que fazem parte dos Transportes Coletivos Glória Ltda. Documento 1. O Documento 2: Contrato Social Transportes Coletivos Glória Ltda. Maior acionista Irmãos Gulin Ltda." Realmente, o Deputado Alfredo Gulin transferiu a sua participação como pessoa física, para Dona Ana de Lourdes Dalabona Gulin. Maior acionista Irmãos Gulin. Vamos verificar agora, Sr. Presidente. Srs. Deputados, o Contrato Social de Irmãos Gulin. Maior acionista da empresa de transporte coletivo que explora os serviços de transporte coletivo em Curitiba.

Sócios-Domingos Gulin, Ângelo Gulin, Valentin Gulin, João Gulin e Alfredo Gulin.

Participação do Sr. Alfredo Gulin - 212.060 cotas.

Portanto, no nosso entendimento, sendo o nobre Deputado Alfredo Gulin, sócio da Empresa Irmãos Gulin Ltda. e a Empresa Irmãos Gulin Ltda. a maior acionista dos Transportes Coletivos Glória, há notória vinculação de S. Exa. nos transportes coletivos da Capital.

Devo dizer ao nobre Deputado Dácio Leonel que, naquela oportunidade, na Comissão de Constituição e Justiça, aceitei o seu parecer, apenas não votei por ser o autor do Requerimento e devo dizer, também, que daqui para frente S. Exa. deve ser mais cuidadoso quando venha apor sua assinatura em pareceres que se confia porque é membro de uma Comissão, pode-se dizer a mais importante deste Poder Legislativo.

O SR. ENEAS FARIA - V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento).

Diante do esclarecimento que V. Exa. faz à Casa é preciso que, também, outro esclarecimento seja feito, principalmente a

quem teve participação, como membro, na Comissão de Constituição e Justiça na aprovação do parecer do eminente Deputado Dácio Leonel.

Quero dizer a esta Casa, que se não falo em nome dos outros companheiros do MDB que lá têm assento, falo no meu próprio que todos votamos aquele parecer, porém apondo restrições que ficaram acentadas na ata da reunião.

Devo declarar aqui que V. Exa. quando cogitou do aspecto legal da participação do eminente Deputado Gulin, apenas requereu e não documentou nada, enquanto o eminente Deputado Dácio Leonel, indicado relator, juntou ao seu parecer e legou à Comissão uma série de documentos e inclusive citou o contrato social da empresa que tem permissão para a exploração do transporte coletivo em Curitiba.

Não fomos, na verdade, proceder a leitura daquele contrato social e nem dos demais documentos porque S. Exa. assim o fazia sob a fé do mandato que aqui ocupa e tinha, por dever, entender que estava esgotado o assunto com aquela argumentação.

Por isto votamos favoravelmente embora aposto o detalhe da restrição porque envolvia outros problemas que V. Exa. e os demais membros tinham conhecimento e haviam discutido naquela Comissão.

Por isto, eminente Deputado e Srs. Deputados, votamos favoravelmente aquele parecer. Se não fizesse este esclarecimento agora, poderia parecer que votamos favoravelmente o parecer por termos aplaudido a atitude do Deputado Dácio Leonel. Confirmamos o seu parecer diante da prova-documento que apresentou e mais que isto diante da fé de seu mandato ali exposta e pretendida.

Era o aparte que desejava dar a V. Exa.

O SR. ADALBERTO DAROS - Nobre Deputado Eneas Faria, agradeço o aparte de V. Exa. mesmo porque V. Exa. como membro da Comissão de Constituição e Justiça, confiou também no parecer uma vez que veio anexado com uma série de certidões.

Todavia, pelos termos que o nobre Deputado Dácio Leonel usou no parecer, nós achamos por bem verificar pessoalmente a coisa, e realmente, fomos à Junta Comercial, porque analisamos um aspecto da coisa.

A transferência - vejam bem os Senhores a transferência, da participação do Deputado Alfredo Gulin ele, pessoa física, foi pedida no dia 16 de dezembro de 1974, portanto, dois dias antes da diplomação, caso fosse diplomado, e, tendo ele, pessoa física, participação, incorreria em artigo da Constituição. Mas, normalmente a Junta Comercial leva cerca de uma semana ou às vezes 15 dias para que se modifique os contratos sociais. Nós fomos à Junta e vimos que o protocolo é do dia 16 de dezembro e que no dia 17 de dezembro já havia sido feita a modificação - talvez por ser, o Deputado, ilustre, e a Junta tinha, de um dia, para outro de fazer a modificação porque o tempo urgia. Mas não vem ao caso; não vem ao caso, porque se reconhece que na Junta Comercial estão acontecendo fatos estranhos os quais tentaremos abordar numa próxima oportunidade.

Sr. Presidente, para encerrar devo admitir...

O SR. ALFREDO GULIN - V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Quero esclarecer ao ilustre Deputado, que nós traremos provas de que o Deputado Alfredo Gulin, de acordo com a Constituição, não tem vinculações.

O SR. ADALBERTO DAROS - Sr. Presidente, acredito que não requeremos nada, não solicitamos prova alguma, porém, talvez fosse conveniente, para o bem desta Casa, que o Deputado Alfredo Gulin realmente trouxesse as provas.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI - V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Agradeço o aparte que V. Exa. me concede, e gostaria de solicitar um esclarecimento de V. Exa:

O nobre Deputado Alfredo Gulin é acionista ou quotista

da firma Irmãos Gulin Limitada, firma esta que é acionista de uma outra que explora o transporte coletivo de Curitiba?

O Deputado Alfredo Gulin, que às vésperas de sua diplomação como Deputado transferiu as quotas à sua Senhora?

Eu gostaria, nobre Deputado, de que V. Exa. fosse ao Ministério da Fazenda observar a declaração de bens da esposa do nobre Deputado, para ver se na época que ela comprou 200 milhões de ações, de quotas...

O SR. ADALBERTO DAROS — A título gratuito.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Muito obrigado, pela sua informação, e também desejava solicitar a V. Exa. que possua esses documentos, para que tome as medidas cabíveis, as medidas constitucionais, porque estamos aqui para cumprir em toda a sua plenitude, a Constituição e ela proíbe estas participações e houve um relator então, por parte do Deputado Alfredo Gulin, que transferiu algumas quotas e deixou outras sem transferir e o mesmo, pelo que sabemos, é casado em comunhão de bens e deverá levar o Deputado Alfredo Gulin à perda do seu mandato de Deputado Estadual. Eram estas as nossas palavras, nobre Deputado Adalberto Daros, que tanto vem esclarecer esta Casa no estrito cumprimento da Lei Maior deste Estado e da Lei Maior deste País.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa comunica a V. Exa. que tem 5 minutos para concluir sua oração no Grande Expediente.

O SR. ADALBERTO DAROS — Agradeço e gostaria, para concluir as considerações, agradecendo ao Sr. Deputado José Domingos Scarpelini e apenas novamente afirmar que hoje tomei esta decisão de vir esclarecer um fato ocorrido há dias atrás, quando o ilustre relator que tem a sua responsabilidade, deixou de relatar um processo, quando deveria ter feito em termos mal-dosos em relação à nossa pessoa. Nunca menti e não estou mentindo hoje e por isto o Relatório do Sr. Deputado Dácio Leonel teria que se reportar a estes documentos e mostrar aos Srs. o que realmente ocorreu. Nada tenho contra a pessoa do Deputado Gulin, apenas estou aqui para cumprir o que jurei nesta Casa, cumprir a Constituição Federal e a Constituição do Estado. Deixo aos Senhores para que pensem e meditem sobre o assunto. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do Expediente. Necessita de apoio.

O SR. ENÉAS FARIA — Solicitaria a V. Exa. para que fosse lido o Projeto, para maior conhecimento da Casa. — (É lido o Projeto).

O SR. PRESIDENTE — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projetos de Lei de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constantes do Expediente. Necessitam de apoio. — **Apoiados.** — Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constantes da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 80/73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 254/73, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas, com a Prefeitura Municipal de Paranaguá, objetivando a construção na sede daquele Município, de prédio destinado ao Instituto Médico Legal. Pareceres **favoráveis** da C.C.J., C.F. e C.P. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 02/74, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 259/73,

que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Itambé, Mandaguari, Mandaguaiçu, Maria Helena, São João do Triunfo e São Jorge D'Oeste, objetivando o fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais. Pareceres **favoráveis** da C.C.J., C.F. e C.P. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 56/74, de autoria do Dep. Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Tomazina, Ambulância Willys ano 1966 e dá outras providências. Pareceres **favoráveis** da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 75/74, de autoria do Dep. João Mansur, que autoriza o Poder Executivo transferir para a Jurisdição da 21ª CIRETRAN com sede no Município de Irati, os serviços de Trânsito dos Municípios de Imbituva e São Mateus do Sul. Pareceres **favoráveis** da C.C.J., C.F. e C.P., Com EMENDA da C.F. — Em discussão.

O SR. IVO THOMAZONI — (Para discutir). Sr. Presidente.

Esta Liderança, foi no início da Sessão alertada por eminentes Srs. Deputados da ARENA que se opõem à aprovação do Plano de Lei do ex-Deputado João Mansur e as argumentações apresentadas por S. Exas. entre elas, a dificuldade de comunicação viária do município de Irati com os Municípios de Imbituva, São Mateus do Sul e Inácio Martins, e dada a comunicação asfáltica que alguns desses municípios mantêm com Ponta Grossa a quem estão vinculados estes municípios em termos de asfalto, quer me parecer válida a preocupação do Requerimento do Deputado, razão pela qual, a Liderança não podia deixar de, na discussão da matéria, dizer que seria uma medida acauteladora a não aprovação deste Plano de Lei. Porque no futuro, matéria desta natureza, possa ser objeto de pronunciamento do órgão responsável pelo setor do trânsito, de vez que a subordinação ou exclusão de determinado município à qualquer CIRETRAN, atenda o interesse maior da coletividade assistida pelos órgãos, venha sempre facilitar as partes, porquanto nada pior para o interessado que uma descentralização de serviço que não objetive favorecer em termos de comunicação.

Por esta razão e atendendo à solicitação do ilustre Deputado, e já que a Bancada não fecha a questão, votarei com a pretensão dos ilustres Deputados, contra a matéria, malgrado entender respeitáveis os pareceres favoráveis exarados pelas Comissões Técnicas desta Casa.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — (Para discutir). Sr. Presidente, inúmeros Srs. Deputados da ARENA e também os homens que compõem o MDB, já discutiram o assunto.

No dia de ontem tivemos nesta Casa, aprovado pela totalidade dos Srs. Deputados, um Requerimento nosso referente à 2ª CIRETRAN de Ponta Grossa, no sentido de dar-lhe melhores condições, melhor equipamento pessoal e material, melhor localização, em prédio próprio e com amplo parque de estacionamento.

Nossa cidade, além de abranger todo o município, tem também que assistir Sengés, Jaguariaíva, Piraí do Sul, Castro, Ipiranga e outras cidades, havendo uma falta de comunicação com a cidade de Irati.

Nesta tarde, comungando o pensamento do nobre Deputado, Líder da ARENA, e mais o Deputado Alfredo Gulin que nos procurou e que tem também seus interesses parlamentares voltados à cidade de Imbituva e outras regiões circunvizinhas, somando à Bancada da ARENA, que não é questão fechada, e somando os homens do MDB, creio que em sua totalidade, achamos que o projeto do ex-Deputado João Mansur não é cabível e seria contra os interesses da família paranaense.

O SR. PRESIDENTE — Em discussão.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA – (Para discutir). Sr. Presidente, ouvimos com atenção a explanação do ilustre Líder do Governo com referência ao Projeto de autoria do ex-Deputado João Mansur, como também o pronunciamento de nosso ilustre colega Luiz Carlos Zuk.

Estive na inauguração da estrada São Mateus-Irati e dou minha opinião sincera de que o Projeto mais justo apresentado na Casa pelo ex-Deputado João Mansur é o que de o município de São Mateus do Sul pertença à 21ª CIRETRAN, com sede em Irati, por causa da distância.

Nobre Deputado Ivo Thomazoni, é uma distância de 45 km. Esta estrada foi recentemente inaugurada pelo então Governador Emílio Gomes, e a distância de São Mateus a Ponta Grossa é grande. Não estou desmerecendo o CIRETRAN de Ponta Grossa porque está com acúmulo de serviço, mas os proprietários de veículos de São Mateus seriam muito mais bem aquinhoados com a anexação ao CIRETRAN de Irati.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK – V. Exa. permite um parte? (Assentimento).

Apenas para lembrar, nobre Deputado, que fazem parte do 2º CIRETRAN de Ponta Grossa as seguintes Comarcas: Sengés, Jaguariaíva, Piraí do Sul, Castro, Palmas, Porto Amazonas, Imbituva, Ipiranga, Ivaí.

O nobre Deputado Ivo Thomazoni, juntamente com o Deputado Alfredo Gulin, fizeram referência ao município de Imbituva, porque não é possível que aquela cidade que dista apenas 45 km de Ponta Grossa, ligada a ela por asfalto em sua quase totalidade, e que comercia seus produtos em Ponta Grossa, deve pertencer ao CIRETRAN de Ponta Grossa. Porque, ao contrário, o pessoal de Imbituva terá que se deslocar até Irati, por estrada que nem existe. Por essa razão, estou de pleno acordo com o nobre Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA – Muito obrigado.

O SR. IVO THOMAZONI – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, serei objetivo e rápido. Veja, V. Exa., a minha preocupação, eu poderia ter falado no encaminhamento da votação, mas preferi fazê-lo no momento da discussão, para termos um remédio para um eventual litígio que se estabelecesse contra a medida preconizada pelo ex-Deputado João Mansur.

E quase sempre, nobre Deputado, as intervenções de V. Exa. são esclarecedoras e quase sempre V. Exa. tem razão.

Nobre Deputado, admitindo que concordássemos com V. Exa. no que se refere a São Mateus que tem acesso mais fácil para Irati, mas Imbituva não tem. Porque, o centro comercial de Imbituva é, hoje, Ponta Grossa.

E quem sabe, nobre Deputado, com uma solução salomônica, retirássemos da Ordem do Dia este Projeto de Lei, por dez sessões, e que o mesmo voltasse com um substitutivo geral que atendesse administrativamente os interesses daquelas comunas assistidas pelos dois CIRETRANS.

Se V. Exa. concordar, apresentaremos um Requerimento pedindo o adiamento da discussão e votação desse Projeto por dez dias.

Muito obrigado.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA – Agradeço o aparte de V. Exa. e a justificativa do Deputado Zuk. Mas devo dizer que, no momento em que estava fazendo meu pronunciamento, estava fazendo meu pronunciamento, estava justificando o problema de São Mateus. Não ia entrar no mérito de Imbituva, que é justo. Mas, não poderíamos ficar calados num momento como este em que São Mateus pertence, e devem pertencer, a Irati, nós que conhecemos os problemas da região e procuramos resolvê-los da melhor forma possível, no interesse do povo do Paraná.

O SR. ENÉAS FARIA – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, debatendo a questão que para

mim, Deputado de primeira legislatura, se afigura muito difícil se conquistar uma idéia concreta, se buscar um posicionamento, apenas tão somente pelo rápido debate que se estabelece agora nesta Casa, com relação ao assunto. Não cabia outro papel senão buscar subsídios para estudos que nos levariam a um posicionamento, exatamente no processo que informamos, Projeto de ex-Deputado João Mansur. Temos em mãos, ilustre Deputado, todas as informações que provocaram esse impasse, e devo testemunhar a V. Exa. e à Casa, lamentavelmente que, ou me faltam recursos de ordem intelectual, ou então, tudo que aqui está, nada informa, a começar pela própria justificativa do Projeto, que apenas alinha algumas palavras, sem dizer nada, sem justificar, coisa alguma, apenas cumpre dispositivo regimental, de fazer com que o Projeto existisse, dando-lhe, à guisa de justificação, essas linhas mais literárias do que qualquer outra coisa.

O parecer da Comissão de Constituição e Justiça, além de dizer que o Projeto está consoante as normas constitucionais, as normas constitucionais, ainda, e já no seu primeiro título, vai se ater ao mérito, e diz que quanto ao mérito, o projeto está suficientemente justificado pelo autor.

Na Comissão de Finanças, também foi exarado parecer técnico, dizendo que as outras Comissões, já aprovaram o Projeto e que, portanto, não cabe à Comissão de Finanças desaprová-lo. E conclui pela sua aprovação e propõe, como o assunto é de trânsito, mesmo à contra-mão, uma emenda a que ninguém se referiu aqui, emenda que manda “incluir onde couber, o Município de Inácio Martins”.

E, para concluir, se ouviu a Comissão de Polícia da Casa, que acompanhando os demais pareceres, conclui por não concluir nada e não informar coisa alguma.

Assim, eminente Deputado Domício Scaramella, para que, inclusive esta Casa, não sofra descréditos posteriores, parece-me que a sugestão do eminente líder da ARENA, já acolhida por V. Exa. merece também acolhida dos demais Deputados que têm interesse na região. O Projeto deve ser acrescido com uma intimação do Departamento Estadual de Trânsito, Secretaria de Segurança ou do órgão que possa informar para que encontremos, então, condições de ter posicionamento. Porque me parece que não se deve manipular com as necessidades públicas, sem estar consciente daquilo que estamos fazendo. Era a sugestão que queria fazer a V. Exa., para que aduzisse à proposição do Deputado Ivo Thomazoni, que se colhessem subsídios junto aos órgãos que têm obrigação de implantar a política a que se refere o Projeto.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA – Agradeço o aparte de V. Exa., e acolho a sugestão do Líder do Governo.

Era o esclarecimento que queria dar.

O SR. PRESIDENTE – Continua em discussão o Projeto. Antes de encerrar a discussão, informo que chegou à Mesa Requerimento assinado pelo Deputado Ivo Thomazoni, no seguinte teor (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia, por (10) Sessões, do Projeto de Lei nº 75/74.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1975.

a) IVO THOMAZONI”

O SR. ENÉAS FARIA – (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, o Deputado Ivo Thomazoni, se entender de acolher a sugestão que fiz, seria este o momento propício. Se S. Exa. entender, eu me encarregarei de pessoalmente proceder ao pedido de informações, não causando maior desgaste à Casa.

O SR. IVO THOMAZONI – (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, eu não me havia referido à necessidade de se diligenciar junto ao órgão competente, para saber da validade da proposição do eminente Deputado.

Entendo válida a sugestão do eminente Deputado Enéas Faria e quer me parecer que este Projeto, quando voltar para a Ordem do Dia, estará respaldado regimentalmente para receber uma emenda que poderá ser substitutiva. E se o Regimento facultar esta emenda deverá ir capeada da informação do órgão responsável que seria o Detran.

A sugestão emitida pelo Deputado Enéas Faria tem o nosso apoio desde que o Regimento faculte. Não lembro se V. Exa. encerrou a discussão?.

O SR. PRESIDENTE — Não está encerrada a discussão.

O SR. IVO THOMAZONI — Desde que não esteja encerrada a discussão e meu Requerimento seja aprovado, será facultada a apresentação de emenda em 3ª Discussão. Razão pela qual me comprometo a diligenciar no sentido de trazer a palavra do órgão responsável.

O SR. PRESIDENTE — Em votação o Requerimento. — **Aprovado.** — Fica adiada a discussão do Projeto de Lei número 75/74.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 97/74, de autoria do Dep. Basílio Zanusso, que autoriza o Poder Executivo doar à Prefeitura Municipal de Paranacity, a data de terra sob nº 3 (três), de quadra nº 83 (oitenta e três), da Planta Geral da Cidade do mesmo nome. Pareceres **favoráveis** da C.C.J. e C.J. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 06/74, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 07/74, que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Segurança e os Municípios de Segurança e os Municípios de Moreira Salles e São Sebastião da Amoreira, objetivando o fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, bem como a manutenção e conservação dos referidos equipamentos. Pareceres **favoráveis** da C.C.J., C.F. e C.P. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 08/74, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 09/74, que aprova os Termos dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Piên e Leopólis, objetivando o fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações e verbas que especifica. Pareceres **favoráveis** da C.C.J., C.F. e C.P. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 04/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 200/74, que aprova o Termo Aditivo firmado ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, objetivando programa sobre "Estudo para o Desenvolvimento Regional do Nordeste do Estado do Paraná", com parecer **favorável** da C.C.J. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 127/74, de autoria do Dep. Jorge Sato, que declara de Utilidade Pública, o Conselho de Representantes dos Professores do Paraná (CRPP), com sede na Cidade de Ponta Grossa. Parecer **favorável** da C.C.J. — Em discussão.

O SR. OSVALDO MACEDO — (Para discutir). Sr. Presidente, Srs. Deputados, está em 2ª discussão o Projeto de Lei nº 127/74, de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato que declara de utilidade pública o Conselho de Representantes dos Professores do Paraná com sede na cidade de Ponta Grossa.

Este Projeto obteve parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça. Nós queríamos discutir, não este Projeto especificamente, não conhecemos os representantes, os membros do Conselho de Representantes dos Professores do Paraná, com sede na cidade de Ponta Grossa, a nós nos parece apenas que este Conselho de Representantes não representa, na verdade, os professores do Paraná. Foi um órgão criado por Secretários de Edu-

cação para tentar diluir, ou, tirar a autoridade das Associações de Professores do Paraná, como Associação dos Professores do Paraná, como a Associação dos Professores do Paraná e a Associação dos Professores Licenciados do Paraná. Este Conselho de Representantes, que vem com o beneplácito do poder público justamente para impedir reivindicações dos professores, é aquele que está recebendo, ou cobrando, contribuições mensais dos professores do Paraná, sem autorização e até contra a vontade dos professores do Paraná.

Não vejo porque então, esta Assembléia avalisar este Conselho, declarando-o de Utilidade Pública. Quer me parecer que este Conselho quer dividir o Paraná em várias regiões.

Gostaria de voltar a discutir o assunto por inteiro e não a miúdo como o fazemos hoje, aproveitando a oportunidade que este Projeto de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato nos dá. Nós pediríamos apenas ao Deputado Jorge Sato que é o autor da proposição, que o retirasse por algumas Sessões, para que o analisássemos por inteiro, a função do Conselho de Representantes dos Professores do Paraná que a nosso ver não representa os professores, pelo contrário, tem causado prejuízos aos professores do Paraná.

O SR. JORGE SATO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, pela argumentação apresentada por V. Exa. neste instante em favor de um melhor estudo da matéria, eu concordo em retirar este Projeto, por 5 Sessões.

O SR. OSVALDO MACEDO — Muito obrigado, nobre Deputado Jorge Sato.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de voltar a discutir pessoalmente desta Tribuna este assunto, com V. Exa. nobre Deputado Jorge Sato, e com os demais Srs. Deputados desta Casa.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão o Projeto.

O SR. IVO THOMAZONI — (Para Discutir). Sr. Presidente, este Deputado foi procurado no início desta semana por alguns Diretores da Associação de Professores do Paraná.

Quer me parecer que o Deputado Osvaldo Macedo tem realmente razão para levantar desta Tribuna, nesta oportunidade, uma premissa que quer me parecer, válida e merecedora de estudo profundo.

Esta Casa votou, Sr. Presidente, uma Lei proibindo a consignação de descontos em folha, deduzindo os vencimentos do funcionário público. A Lei determinou que a consignação em folha qualquer desconto só fosse feito mediante autorização expressa do próprio punho, do funcionário público estadual. Sabemos que os professores haviam autorizado desconto em folha em favor da Associação dos Professores do Paraná, contribuição mensal e, Sr. Presidente, no apagar das luzes do último Governo, no despacho até lacônico de Sua Excelência o então Secretário do Governo, professor Véspero Mendes, o Conselho de Representantes dos professores do Paraná, obteve autorização para que se consignasse em folhas e se transferisse a consignação, que era da Associação dos Professores do Paraná, em favor do Conselho de Representantes dos Professores do Paraná.

O problema é hoje objeto de uma representação da Associação dos Professores do Paraná, e também de uma ação judicial que pretende invalidar a medida.

A aprovação pura e simples deste Projeto de Lei, embora não pareça para muitos, poderia significar que esta Casa estaria apoiando o Conselho de Representantes dos Professores do Paraná, neste instante em que discute com o órgão representativo da classe, um problema que me parece muito sério e que será objeto quem sabe até de pronunciamento desta Casa.

O SR. OSVALDO MACEDO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Eu gostaria de trazer ao conhecimento da Casa que tenho pessoalmente, como sei que outros Deputados também tem, recebido depoimentos e testemunhos dramáticos de muitos professores do Paraná, que vêm descontados em suas folhas, de 40, 50 ou 60 cruzeiros. Tenho inclusive provas de que estes descontos persistem até com o protesto dos professores, porque me parece que este Conselho de Representantes tem recebido o beneplácito do Poder Público. É pelo menos a informação que temos obtido e traremos a debate no tempo oportuno, da Tribuna desta Casa. Nós não queríamos adiantar o assunto, mas está tudo pronto para ser trazido à discussão, e só não o fizemos para que esta Casa, precipitadamente, e por via indireta, até não tomasse posição de que pudesse se arrender e prejudicar os professores deste Estado.

O SR. IVO THOMAZONI — Apenas para significar minha preocupação que aliás já estava posta, pois existem já centenas de professores manifestando por escrito a estranheza de se haver transferido a consignação feita em favor dos professores para o Conselho de Representantes e como o assunto é delicado e como eu sei que, Sr. Presidente, não há nenhuma disposição governamental, ao menos agora, nas atuais autoridades, ligada principalmente ao setor de ensino e também da administração do Estado, qualquer disposição de prejudicar a Associação, é que me permito apoiar o Sr. Deputado Jorge Sato na sua pretendida retirada da Ordem do Dia deste Projeto de Lei, porque o assunto realmente vai suscitar nesta Casa muitas discussões.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a Mesa, Requerimento do Sr. Deputado Jorge Sato, no seguinte teor: (Lê):

“Sr. Presidente.

Requeiro, ouvida a Casa, na forma regimental, que seja adiada a apreciação, em 2ª Discussão por (5) cinco Sessões, do Projeto de Lei nº 127/74.

Sala das Sessões, em 16 de abril de 1975.

a) JORGE SATO”.

Em votação o Requerimento. — **Aprovado.** Retirado da Ordem do Dia o Projeto de Lei nº 127/74.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 159/74, de autoria do Dep. Lázaro Dumont, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública, a Comunidade Estigmatina de Curitiba, integrante da Associação dos Estigmatinos para Educação e Instrução Popular. Parecer **favorável** da C.C.J. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 71/73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 204/73, que aprova os Termos dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios que especifica, objetivando fornecimento de equipamentos às Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos referidos municípios. Pareceres **favoráveis** da C.C.J., C.F. e C.P. — **Aprovado.**

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

### PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 204/73

AUTOR: Poder Executivo

1. — Vem a esta Comissão, para fins de parecer, a Proposição nº 204/73, oriunda da Mensagem Governamental nº 70/73, submetendo ao “referendum” desta Casa, cópias autênticas dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Segurança Pública, e os Municípios de Campo Largo, Engenheiro Beltrão, Fenix, Janiópolis, Mandirituba, Palotina, Quitandinha e Santa Helena, com o fim de estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equi-

pamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos referidos Municípios.

2. — Referidos Convênios foram firmados nos termos do inciso IX, do art. 47, da Constituição do Estado, cabendo a esta Casa apreciá-los dentro da competência exclusiva lhe deferida pelo inciso VII, do art. 22, da mesma Constituição.

3. — Face ao exposto e exame procedido nos termos dos referidos Convênios, opinamos pela conversão deste processo no Projeto de Resolução anexo, e com ele o nosso parecer favorável.

Sala das Comissões, em 30 de outubro de 1973.

a) ANTONIO COSTA — Presidente

a) ERONDY SILVERIO — Relator

## PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 71/73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná,

R E S O L V E:

Art. 1º — Ficam aprovados os termos dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, e os Municípios de Campo Largo, Engenheiro Beltrão, Fenix, Janiópolis, Mandirituba, Polotina, Quitandinha e Santa Helena, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL, e de verbas dos orçamentos dos referidos Municípios.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de outubro de 1973.

a) ANTONIO COSTA — Presidente

a) ERONDY SILVERIO — Relator

## COMISSÃO DE FINANÇAS

### PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 71/73

1 — Este projeto de Resolução, de autoria da douta Comissão de Constituição e Justiça, constitui-se da Mensagem Governamental nº 70/73, encaminhando a este Poder, para os fins constitucionais, cópias autênticas dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, e os Municípios de Campo Largo, Engenheiro Beltrão, Fenix, Janiópolis, Mandirituba, Palotina, Quitandinha e Santa Helena, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos referidos Municípios.

2 — Do ponto de vista que compete a esta Comissão examinar, nada há que se lhe oponha, daí nos manifestamos pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de novembro de 1973.

a) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente

a) ALVARO DIAS — Relator

## COMISSÃO DE POLÍCIA

### PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 71/74

AUTOR: Comissão de Constituição e Justiça

De autoria da Comissão de Constituição e Justiça, o Proje-

to de Resolução ora em exame aprova os termos dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, e os Municípios de Campo Largo, Engenheiro Beltrão, Fenix, Janiópolis, Mandirituba, Palotina, Quitandinha e Santa Helena, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos referidos Municípios.

O meu parecer é que o Projeto de Resolução está em condições de ser aprovado.

Sala das Comissões, em 2 de dezembro de 1974.

- a) ANTONIO BELINATI – Presidente  
a) MARCIANO BARANIUK – Relator

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução nº 73/73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 248/73, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Mirador e Santa Helena, objetivando a implantação de complexos de Radiocomunicação de Fonia e Telegrafia nos referidos Municípios. Pareceres **favoráveis** da C.C.J., C.F. e C.P. – **Aprovado**.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 73/73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná,

R E S O L V E:

Art. 1º – Ficam aprovados os Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado, dos Negócios da Segurança Pública, e os Municípios de Mirador e Santa Helena, objetivando a implantação de complexos de radiocomunicação de fonia e telegrafia nos referidos Municípios.

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 7 de novembro de 1973.

- a) ANTONIO COSTA – Presidente  
a) ERONDY SILVÉRIO – Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 248/73

1. – A presente proposição, constitui-se da Mensagem Governamental nº 92/73, encaminhando a esta Casa, cópias autênticas dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, e os Municípios de Mirador e Santa Helena, objetivando a implantação de complexos de radiocomunicação de fonia e telegrafia nos referidos Municípios.
2. – O Senhor Chefe do Poder Executivo, com esta iniciativa, exercita competência que lhe é deferida pelo art. 47, inciso IX, da Carta Estadual, e pelo que determina o art. 22, inciso VII, da mesma Constituição, cabe à este Poder Legislativo o “referendum” do Convênio ora proposto, o que fazemos na forma do Projeto de Resolução anexo.  
É o parecer.

Sala das Comissões, em 7 de novembro de 1973.

- a) ANTONIO COSTA – Presidente  
a) ERONDY SILVÉRIO – Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 73/73

AUTOR: COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### PARECER

O presente Projeto de Resolução, é matéria de caráter autorizatório, não implicando portanto, em dispositivos de ordem financeira. Trata-se de matéria da exclusiva competência do Governo do Estado, dependendo de mera autorização legislativa. Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 20 de novembro de 1973.

- a) QUIELSE CRISÓSTOMO – Presidente  
a) FRANCISCO ESCORSIN – Relator

#### COMISSÃO DE POLÍCIA

#### PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 73/73

A matéria versa sobre convênio celebrado entre o Estado do Paraná, representado pela Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Mirador e Santa Helena, objetivando a implantação de complexos de radiocomunicação de fonia e telegrafia nos referidos municípios.

As duntas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças já se pronunciaram favoravelmente, cada qual abordando o problema sob o respectivo enfoque regimental.

No que diz respeito ao mérito, ou seja, ao interesse que a introdução dos equipamentos de comunicação, nos referidos municípios, representa para o Estado, esta Comissão, tem se manifestado, sistematicamente, favorável.

Por esta razão, o parecer é pela aprovação do Projeto de Resolução nº 73/73.

Sala das Comissões, em 2 de dezembro de 1974.

- a) ANTONIO BELINATI – Presidente  
a) NELSON BUFFARA – Relator

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução nº 78/73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 255/73, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Segurança Pública e os Municípios de Ipiranga, Joaquim Távora, Pinhão, Rebouças e Rio Bom, objetivando fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante a aplicação de dotações e verbas que especifica. Pareceres **favoráveis** da C.C.J. e C.P. – **Aprovado**.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 78/73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná,

R E S O L V E:

- Art. 1º – Ficam aprovados os Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, e os Municípios de Ipiranga, Joaquim Távora, Pinhão, Rebouças e Rio Bom, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos referidos Municípios.
- Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21 de novembro de 1973.

- a) ANTONIO COSTA – Presidente  
a) ERONDY SILVÉRIO – Relator

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 255/73

1. - A proposição ora em exame, constitui-se da Mensagem Governamental nº 97/73, encaminhando cópias autênticas dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, e os Municípios de Ipiranga, Joaquim Távora, Pinhão, Rebouças e Rio Bom, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos referidos Municípios.
2. - Estes Convênios estão de acordo com o que dispõe o artigo 47, inciso IX, da Constituição do Estado, que defere ao Governador competência, e por força do artigo 22, inciso VII, da mesma Constituição, cabe a este Poder Legislativo referendá-los, o que fazemos na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21 de novembro de 1973.

a) ANTONIO COSTA - Presidente  
a) ERONDY SILVÉRIO - Relator

## COMISSÃO DE POLÍCIA

### PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 78/73

Autor: - Comissão de Constituição e Justiça

De autoria da Comissão de Constituição e Justiça, o Projeto de Resolução em epígrafe aprova os Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, e os Municípios de Ipiranga, Joaquim Távora, Pinhão, Rebouças e Rio Bom, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos referidos Municípios.

A matéria, do ponto de vista desta Comissão, está em condições de ser aprovada.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02 de dezembro de 1974

aa) ANTÔNIO BELINATI - Presidente  
MARCIANO BARANIUK - Relator

O SR. PRESIDENTE - Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, que foi aprovado em Sessão anterior, requerendo uma Comissão Especial composta de 3 (três) Deputados para tratar de assuntos ligados à produção tritícola. A Presidência pede aos Srs. Líderes dos Partidos, ARENA com dois e MDB com um Deputados, para em conjunto, se dirigirem à Brasília onde tratarão junto à 9ª Região Tritícola do Estado do Paraná, o aumento da quota do trigo e liberação da moagem tritícola no Estado do Paraná. Foi aprovado o Requerimento, criando uma Comissão de três Membros, então a Mesa insiste com os Srs. Líderes, para em tempo oportuno indicarem os Deputados que devem representar esta Casa.

OSR. IVO THOMAZONI - Sr. Presidente, apenas para um esclarecimento, porque sempre, nesta oportunidade a pergunta desculpe V. Exa. é irreverente, mas é pergunta que vários Deputados formulam.

"Com ou sem ônus para o Poder Legislativo.?"

O SR. PRESIDENTE - A Assembléia vai determinar o pagamento das passagens dos Srs. Deputados. A estadia correrá por conta dos Deputados que forem à Brasília.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, lido da Tribuna, solicitando seja encaminhado ao Departamento de Censura Federal, expediente que nos informe sobre Programas Televisados censurados.

A Mesa não pode receber o Requerimento do nobre Deputado, porque não tem autoridade de pedir informações a um Departamento Federal. Por esta razão, manda devolver ao nobre autor, o referido Requerimento.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Rüppel, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Nivaldo Beira Fontoura. - **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 172/74.-

O SR. ENÉAS FARIA - (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, pediria a leitura da súmula.

O SR. PRESIDENTE - A Presidência não mandou ler, porque já foi lido na Hora do Expediente, mas vai tornar a mandar ler a súmula do Projeto de Lei. A Mesa informa ao Deputado, que a Presidência não pode transferir a votação do Requerimento, porque este Requerimento apenas está sujeito à votação, não existe discussão. Se V. Exa. permitir, pediria ao nobre autor, a súmula do Projeto.

O SR. IVO THOMAZONI - Sr. Presidente. - (Para encaminhar a votação)

A Associação das Bibliotecárias do Paraná, solicitou deste Deputado uma medida de valorização de uma entidade a qual elas todas estão ligadas. Eu não quero, Sr. Presidente, precisar, mas quer ma parecer que o meu Projeto de Lei, visa declarar de utilidade pública das quais aquela classe tem interesse. Mas posso verificar a autenticidade da minha afirmação e informar ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. PRESIDENTE - A Mesa quer pedir aos Srs. Deputados que nos pedidos de regime de urgência façam constar na súmula, a que se refere o pedido. Do contrário não receberá o pedido de urgência.

O SR. IVO THOMAZONI - (Pela ordem). Sr. Presidente, há dispositivo regimental que exige do Deputado, a apresentação do Requerimento de urgência, a identificação do Projeto, quanto ao que se refere.

O SR. PRESIDENTE - Não acredito que nenhum Deputado possa votar a matéria sem saber do que se trata.

Para ordenar os trabalhos desta Casa, a Presidência pede que, junto ao Requerimento de pedido de urgência, conste a súmula do que trata o Projeto.

O SR. ENÉAS FARIA - (Pela ordem). Sr. Presidente. Dou-me por satisfeito com as informações prestadas pelo Deputado Ivo Thomazoni e por V. Exa.

O SR. PRESIDENTE - Em votação o Requerimento de autoria do Deputado Ivo Thomazoni. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando sejam encaminhados expedientes aos Srs. Secretário da Agricultura e Presidente da Café do Paraná, para se procedentes as informações, da inexistência de sementes de trigo, sejam adotadas medidas urgentes para a solução do problema, que afeta a região de Irati. - **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Superintendente do IPE, visando a instalação de uma agência do referido órgão previdenciário, no município de Guaiara. - **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, sugerindo que o Cetepar-Centro de Treinamento do Estado do Paraná, passe para a Secretaria de Recursos Humanos. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário dos Transportes, visando reparos urgentes na estrada que demanda de União da Vitória - Cruz Machado - Foz de Areia. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, apresentando a solidariedade desta Casa à sua posição contrária a transferência do controle acionário da Telepar à Telebrás. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do Expediente, solicitando seja encaminhada sugestão ao Sr. Ministro da Previdência Social, no sentido de que seja providenciada a inclusão de servidores públicos federais, estaduais e municipais, que descontam pelos seus respectivos órgãos de Previdência Social, no acordo entre Brasil-Portugal, quando à assistência, no setor, de brasileiros, gratuitamente, na "deslocação temporária". — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Otássio Pereira, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, bem como ao Sr. Presidente da Copel e a Administração dos Recursos Hídricos, no sentido de que informem sobre vários assuntos relacionados ao Dr. Maurício Schulmann, quando em atividades administrativas. — Em discussão.

O SR. IVO THOMAZONI — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Otássio Pereira, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado e ao Diretor do DER, no sentido de que seja solicitado à Companhia responsável, a conclusão do asfaltamento da estrada no trecho Arapongas-Astorga. Em discussão.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

A Mesa registra com satisfação, a presença do Sr. Presidente Municipal, de Santa Isabel do Ivaí.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Dácio Leonel, para explicação pessoal.

O SR. DÁCIO LEONEL. — ( **Em Explicação Pessoal**) Sr. Presidente Srs. Deputados.

Desejamos, Sr. Presidente, inicialmente, agradecer à Presidência pela compreensão ao pedido que formulamos diretamente a S. Exa. de que desejávamos usar da palavra em Explicação — Pessoal.

E se assim o fizemos é porque saímos de nossa casa de cabeça erguida, e de cabeça erguida pretendemos voltar.

Quando me propus disputar esta eleição, tive, como objeti-

vo vir a esta Casa de Leis para trabalhar, dentro dos meus princípios, dentro de minha formação. E tenho feito isso com muita convicção. Os companheiros de minha Bancada, os funcionários desta Casa Legislativa, sabem muito bem disso.

Agora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que não posso conceber é que, na sessão de hoje, durante aproximadamente 10 minutos, saí para resolver problemas em meu gabinete, e tivesse um Deputado, mais afoito, ou menos respeitoso, vindo a esta Tribuna, para taxar-me de Deputado descuidado e que devesse estudar com mais afinco os problemas constantes do parecer dado naquela Comissão. Lamento, Sr. Presidente, porque este mesmo Deputado que argumenta desta Tribuna essa injúria e essa injustiça, quando por ocasião do exame da C.C.J., ao mesmo parecer, não teve a coragem de dizer-me frente à frente aquilo que veio dizer hoje neste Plenário.

O SR. ADALBERTO DAROS — V. Exa. permite um aparte?

O SR. DÁCIO LEONEL... É exatamente com isso que não concordo, porque quando S. Exa. apresentou a esta Casa um Requerimento que fosse ouvida a C.C.J. a respeito da posição ou não do Deputado Alfredo Gulin por ocasião da aprovação do nome do Prefeito Municipal de Curitiba, se o Sr. Deputado Alfredo Gulin estava ou não impedido de votar, na forma do artigo 158 do Regimento Interno. Na condição de relator, única e tão somente deveria verificar o impedimento ou não do Deputado, na forma do artigo 158 do Regimento. E foi exatamente o que fizemos, com estudo, e estudamos perfeitamente dentro daquilo que dispõe o Regimento Interno. Porque se o Regimento Interno dispõe que nenhum Deputado presente poderá deixar de votar, salvo, e dá as condições, nós entendemos que deveríamos adotar o artigo 158 taxativamente, no sentido de que nenhum Deputado presente pode se abster de votar. É uma condição que se dá ao Deputado. É do seu foro íntimo. É um problema que ele tem que resolver e nada há que impeça que um Deputado vote.

O Requerimento do Deputado Adalberto Daros foi no sentido de saber se havia impedimento em função do artigo 158. Foi aí que me inspirei e o parecer foi aprovado pela C.C.J., parecer que recebeu aprovações dos membros da C.C.J., inclusive dos Deputados de sua Bancada, pela conclusão que demos. Entendo que aquilo que trouxemos, está perfeitamente dentro daquilo que compete à C.C.J. ou aquilo que competia a esse relator na mesma Comissão.

Daí não entender porque fui taxado, hoje, desta Tribuna como Deputado descuidado, que precisa estudar com mais afinco; não entendi onde quis chegar S. Exa.

Fui verificar as notas taquigráficas e levei um susto porque não esperava que um companheiro meu, de Comissão, que participa comigo da Comissão, que acompanhou o momento em que exarei o parecer, não tivesse dito a mim, "Sr. Deputado, o Sr. é um descuidado". Mas, cou me permitir, inicialmente, conceder o aparte que foi solicitado a pouco pelo Deputado Adalberto Daros. Quero ouvi-lo.

O SR. ADALBERTO DAROS — Nobre Deputado Dácio Leonel, devo dizer-lhe que, realmente, solicitei o aparte, e como V. Exa. não me havia concedido, fui à Mesa e fiz minha inscrição para falar em Explicação Pessoal. Agora, devo dizer a V. Exa., que se o chamei de descuidado, vou explicar porque. Parece que V. Exa. teve um problema e não se encontrava em Plenário na hora em que falei.

Quando V. Exa. levou seu parecer à Comissão de Constituição e Justiça, anexou também documentos, fotocópias e contratos sociais de diversas empresas de transporte coletivo de Curitiba. Somente que seu descuido foi anexar essa certidão, onde prova que o Sr. Alfredo Gulin é dono de 260 mil quotas. Na verdade V. Exa. cometeu um descuido. Esta é a verdade. Se V. Exa. quiser, posso ler a certidão para V. Exa.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Deputado, continuo a entender, dentro dos mesmos critérios dos pronunciamentos que fiz até aqui, que V. Exa. foi profundamente infeliz porque naquele

instante a minha condição era de relator da Comissão de Constituição e Justiça e o meu relatório deveria ser exclusivamente atencioso a solicitação feita por V. Exa. Refiro-me ao parecer que, me parece foi bem posto e inclusive, foi aprovado pela própria Comissão de Constituição e Justiça.

Por isso entendi, por isso argüi, por isso focalizei o art. 158 que foi a razão motivadora que o Requerimento fosse à Comissão de Constituição e Justiça para que ela dissesse se, com base no art. 158, o Deputado Alfredo Gulin estava ou não impossibilitado de participar da votação. Fora disso nada mais. Mas, tenho convicção absoluta que me portei, perfeitamente, dentro daquilo que foi solicitado e nas atribuições que tenho na própria Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. ENÁS FÁRIA — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Agradeço a gentileza da concessão do aparte e devo este aparte que V. Exa. me concede dividi-lo em duas partes.

A primeira com relação a C.C.J. e a segunda com relação ao episódio.

Com relação a C.C.J., eminente Deputado, vou repetir o que anteriormente disse, lamentando sua ausência naquele momento.

Votei favoravelmente à conclusão do parecer de V. Exa., com a restrição observada. Entendimento que não foi só meu e também dos demais membros do Movimento Democrático Brasileiro.

V. Exa. chegou à Comissão, como Relator, munido de documentação, enquanto que o eminente Deputado Adalberto Daros provocava a fala da Comissão de Constituição e Justiça suscitando dúvidas, sem juntar documentos, e mesmo se dúvida havia, não havia necessidade de juntar documento, porque se houvesse dirimiria qualquer dúvida.

V. Exa. com a documentação acabou conduzindo nosso entendimento para a aprovação da conclusão do parecer; e assim o fizemos. Mais do que reconhecer na documentação qualquer caráter mais incisivo, mais substancial, fizemos levados pelo pronunciamento de V. Exa. atribuindo, conferindo e entregando ao nobre Deputado o crédito de confiança que merecia.

A posteriori e hoje viemos a conhecer surgiram novos documentos que me parece não reabriu a questão, mas me parece nos faz ter outro entendimento do problema. É outro problema, é outra questão e talvez, até seria interessante mesmo que âmbito mais restrito da C.C.J. voltasse a ser discutida esta questão. É a primeira parte.

A segunda, eminente Deputado, o que me parece que está ocorrendo é uma troca de termos não aceitáveis nem por V. Exa. nem pelo eminente Deputado Adalberto Daros, que passam a trocar terminologia que nem um, nem outro, aceitam e se inicia com "uma impertinência e um descabimento", o que mereceu hoje por parte do outro Sr. Deputado, "a falta de afinco no estudo e sua desatenção." Isto é um crescendo, porque logo então vai V. Exa. à Tribuna, e despeja aqui todo o seu novo entendimento. Parece-me que disse o nobre Deputado Adalberto Daros ir à Tribuna, para a réplica.

O que se estabelece nesta Casa, a partir deste momento, é um confronto entre o mar e o rochedo, e quem talvez saia perdendo se este confronto continuar, se esta questão continuar a ser agitada, se o problema continuar sendo levantado, não será mais o risco do mandato do Deputado Alfredo Gulin, fica a questão colocada e já se enveredando pelo terreno pessoal.

O ideal seria que os entendimentos fossem resolvidos de outra forma, para que inclusive o principal, o substancial do problema em si, possa ser resolvido com tranquilidade, porque se reabirmos a questão muita coisa ficará em jogo, até mesmo a diplomação do Prefeito de Curitiba talvez tenha que ser debatida outra vez nesta Casa, porque então teríamos plantado aqui, uma eleição ilícita, porque então não haverá Prefeito eleito de Curitiba

porque então todos os atos de Sua Excelência são nulos

Parece-me que a questão é muito grave e deveria ser reduzida a termos.

Era somente isto, não quero me alongar mais. Já roubei tempo de V. Exa.

Muito obrigado.

O SR. DÁCIO LEONEL — Eminente Deputado Enás Faria,

ouvi com muita atenção suas ponderações e devo dizer a V. Exa. como já disse aos Srs. Deputados que, se vim à Tribuna foi porque não poderia admitir fosse eu, desta mesma Tribuna, taxado, nem hoje nem em outra qualquer ocasião, por quem quer que seja, de um homem descuidado, de um homem que precisa estudar com mais afinco, como se eu estivesse aqui, não para cumprir em toda sua plenitude, o meu mandato.

Não vim aqui discutir o problema com referência ao mérito do mesmo nem as questões que haviam sido levantadas, como foram posteriormente pelo Deputado Adalberto Daros: acredito que neste meu pronunciamento apenas e tão somente vim lamentar e dizer que não aceitava a pecha que me foi atirada, mas tenho convicção que não ofendi nem a um nem a outro Deputado neste meu pronunciamento.

Entendo que, se o problema tivesse de ser tratado domesticamente, poderia ter sido feito dentro da Comissão de Constituição e Justiça. Não vejo razões para que eu hoje mereça as acusações que me foram feitas desta Tribuna.

O SR. OSVALDO MACEDO — V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento).

Inicialmente queria congratular-me com V. Exa. pelo tratamento respeitoso que dispensou ao Deputado Adalberto Daros agora, desta Tribuna, que, em seu Requerimento foi apenas tratado de Deputado A. Daros.

Lamento agora, depois de tomar conhecimento do seu parecer, que, mais que um parecer, foi um libelo; conhecendo o seu espírito polêmico eu saberia entendê-lo e justificá-lo, mas gostaria que V. Exa. também reconhecesse as razões do Deputado Adalberto Daros, porque lendo o seu parecer para diremirmos uma dúvida levantada por um Sr. Deputado cujo nome não me ocorre neste momento, não lembro bem qual foi, que levantou esta dúvida ao apresentar um Requerimento e ele disse que, o veto poderia ser legal mas provavelmente não seria moral. Ele levantou a dúvida no único ponto que poderia levantar. A mim me parece que quanto a isto não precisaria ser feito um libelo em termos até descorteses chamando-o de impertinente e descabido o seu Requerimento e eu acho que cometeria descuido, nobre Deputado, se ao analisar esta matéria não devesse lembrar que a Comissão de Constituição e Justiça não analisou apenas o Requerimento mas deve analisar fundamentalmente a questão e é a Constituição do Estado do Paraná, em seu Artigo 9º, inciso segundo, letra A, que diz que o Deputado não pode ser proprietário ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoas de direito público ou nela exercer função remunerada.

Creio, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o termo "proprietário" usado pela Constituição é de alta indagação jurídica. O proprietário e co-proprietário todos têm as mesmas responsabilidades e o proprietário que detem a maioria das partes e é co-proprietário quem detem parte das quotas de uma sociedade limitada. Por isso, Sr. Presidente, gostaria de lembrar apenas que se houve algum revide da parte do Deputado se justificou pelo tom planfatório e polêmico de V. Exa. que se descuidou de analisar também a Constituição Estadual.

O SR. OSVALDO MACEDO — Eu gostei da sua expressão "entre aspas".

O SR. PRESIDENTE — A Mesa comunica ao nobre Deputado que está terminado o tempo regimental e pergunta a V. Exa. se quer requerer a prorrogação.

O SR. DÁCIO LEONEL — Eu prometo concluir em dois minu-

tos.

O SR. PRESIDENTE V. Exa. tem ainda direito à prorrogação de 15 minutos.

OSR. DÁCIO LEONEL – Mas vou apenas dizer ao Sr. Deputado

Osvaldo Macedo que por ter ouvido a sua expressão, entre aspas “alta indagação”, não vou entrar no mérito daquilo que V. Exa. abordou, porque já condicionou bem. “Alta indagação”, com referência ao pronunciamento do Sr. Deputado Eneas Faria, eu talvez entendo depois do início das minhas palavras, por estar ainda tomado de forma perfeitamente natural, por uma reação eu entendo que já deve ter prestado os esclarecimentos que gostaria de prestar e saio tranquilo, absolutamente tranquilo, que o termos que me foram impostos hoje não têm a menor validade e digo a V. Exa. Sr. Adalberto Daros, que na verdade, em nenhum momento, tive intenção de ofender V. Exa. Esteja tranquilo durante o exercício deste mandato, que vai se convencer será sempre o meu este comportamento nesta Casa. – (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – Concedo a palavra em Explicação Pessoal, ao Sr. Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Dou razão ao Deputado Eneas Faria, porque de nada adianta ficarmos aqui nesta Casa a jogar pedra uns aos outros, mas devo apenas, respondendo ao Deputado Dácio Leonel, um aspecto do seu pronunciamento.

S. Exa., daqui desta mesma Tribuna, disse que não tive talvez a coragem de ir à C.C.J. e dizer o que disse hoje aqui, frente ao Sr. Deputado. Devo dizer, nobre Deputado Dácio Leonel, que o documento que comprova que o Sr. Alfredo Gulin é proprietário de uma outra firma que explora o transporte coletivo, nós o conseguimos, depois de longa busca, no dia em que se fez aquela reunião eu não sabia disso, e vou lhe dizer porque fui buscar estes documentos.

Porque também, Deputado, não levo para casa o termo descabido, ao Requerimento de minha autoria como V. Exa. disse em seu parecer. Aí, meu caro Deputado, está a explicação, o documento que tenho em mãos, consegui no dia nove de abril, há alguns dias atrás. No dia em que se discutia o Requerimento de minha autoria, levantando da condição ou não, da validade do voto do Deputado Alfredo Gulin, nem eu imaginava que S. Exa. era proprietário de uma empresa de transporte coletivo, no papel. Aí está, nobre Deputado, a explicação, Se eu o chamei de descuidado, foi porque V. Exa. juntou ao meu Requerimento, que fala também da notória vinculação com o transporte coletivo de nossa Capital, mas que, S. Exa. ao juntar todos os contratos sociais, esqueceu talvez, ou não analisou bem, de juntar essas certidões que comprovem. O seu descuido, foi neste sentido. Deputado. Tem o aparte o nobre Deputado.

O SR. DÁCIO LEONEL – Devo dizer a V. Exa. que os documentos que foram apresentados por ocasião da CCJ. eles foram entregues um mês antes, pelo Sr. Deputado Alfredo Gulin, depois de uma solicitação que foi feita a ele. Uso em primeiro lugar.

Em segundo lugar, parece-me que aquele que alega é a quem cabe comprová-lo. Não havia junto ao Requerimento nenhuma prova neste sentido, para que se estendesse a expressão “descuido” no exame da matéria.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Adalberto Daros, queria que esta Presidência, através deste episódio aqui revivido, fizesse com que fatos como estes não viessem a ser reprisados nesta Casa. E vou dizer que, Sr. Presidente, ne nesta parte litigante no dia de hoje, estivesse este Deputado que vos fala, e um caro colega fosse à Tribuna falar em termos como foi falado pelo nobre Deputado Dácio Leonel, as consequências seriam outras, porque não admito que nenhum dos Srs. Deputados, todos saíram de cabeça erguida de suas casas e de suas campanhas, todos têm família e ninguém é

mais do que outro aqui dentro, Sr. Presidente, e não iria admitir que, neste momento, ficasse calado quando alguém se julga mais do que qualquer um nesta Casa. Quero também falar a alto e em bons termos, que se o episódio fosse relatado com a nossa pessoa teria outro desfecho. Porque, se fosse em termos pessoais, o nobre Deputado Adalberto Daros, não teria a cortesia, como teve no Grande Expediente, quando se dirigiu somente com o termo “descuidado”.

Creio que até ele foi qualificativo com o nobre Deputado.

Queria, neste instante, além de referendar o nosso apoio ao nobre Deputado Adalberto Daros, pedir ao Deputado Dácio Leonel, que de agora em diante, quando se deferir a seus pareceres, relate somente as matérias e deixe os adjetivos para falar em Explicações Pessoais.

OSR. NILSO SGUAREZI – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Apenas gostaria de trazer a V. Exa. da mesma maneira como o Deputado Eneas Faria, que no seu brilhante aparte, solicitou e recomendou ao Deputado Dácio Leonel que desse o episódio por encerrado. Eu, como membro da CCJ, lembro-me perfeitamente que quando se discutiu aquela matéria, V. Exa. alegou ao Presidente da Comissão de que, como interessado no Requerimento, não votaria e também não participaria da discussão. Acredito que se sentiu V. Exa. naquele momento impedido, talvez, de dizer o que pensava da questão. Acredito que agora este entendimento foi externado e faço a V. Exa. o mesmo pedido, usando as palavras do Deputado Eneas Faria, dirigidas em preciosa hora ao Deputado Dácio Leonel, para que dê o episódio por encerrado, a fim de que ele não acarrete consequências desagradáveis e para que preservemos, acima de tudo, além do decoro parlamentar, uma convivência em alto estilo nesta Casa.

O SR. ADALBERTO DAROS – Caro Deputado Nilso Sguarezi, quando, no Grande Expediente aqui vim e disse – e me lembro muito bem – que nada tinha contra o Deputado Alfredo Gulin. Apenas estava cumprindo o que era de direito.

Vim a esta Casa, prometi guardar a Constituição Estadual e a Federal, e o que notei é que realmente a Constituição que jurei cumprir estava sendo ferida. Daí meu ponto de vista.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

V. Exa. recebeu conselhos para que não voltasse mais à Tribuna para tratar deste assunto.

Gostaria de solicitar a V. Exa. que voltasse sempre à Tribuna com matéria desta natureza, com documentos que provam aquilo que V. Exa. diz e pediria, sim, àqueles que vêm à Tribuna para atacar, àqueles que vêm à Tribuna para dizer que foram atacados no momento que não estavam no Plenário, para que aqui permaneçam, porque lugar de Deputado na hora de sessão é neste Plenário.

V. Exa. tem em nossa pessoa, o apoio e a solidariedade para levar avante a denúncia que faz, pois a mesma está amparada num preceito constitucional, e V. Exa. deve, como disse, cumprir aquilo que jurou nesta Casa, no dia de sua posse. Obrigado.

O SR. OSVALDO MACEDO – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

É a primeira vez que o aparteio e o faço com muita honra, porque vejo na pessoa de V. Exa. o continuador do trabalho daquele saudoso Deputado Waldemar Daros, guerreiro como V. Exa. Quero fazer uma ponderação.

V. Exa. diz que havia jurado defender a Constituição do Estado e a Federal. V. Exa. não jurou defender a Federal, porque se jurasse teria feito restrições ao Ato Constitucional nº 5. Gostaria, nobre Deputado, que o episódio entre V. Exa. e o Deputado Dácio Leonel, fosse dado por encerrado. Não podemos, a esta altura, dar por encerrado o episódio Alfredo Gulin, porque exis-

tem sobre ele dúvidas razoáveis que continuam a exigir uma alta indagação.

Gostaria, já que a questão não se refere à Bancada do MDB nem à da ARENA, mas ao Poder Legislativo, de dizer que acharia conveniente que a matéria fosse tratada até pela Mesa da Casa, porque todo o Paraná quer saber se há ou não impedimento, desde que a questão foi levantada, por amor à lei que queremos cumprir e respeitar, para que possamos continuar trabalhando em paz e harmonia, porque somos companheiros, e, nesta Casa, comeremos sempre do mesmo pão.

O SR. ADALBERTO DAROS — Agradeço o aparte de V. Exa.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Primeiramente, desejo congratular-me com o aparte do nobre Deputado Eneas Faria, e também com o Deputado que tem, tradicionalmente, com os demais companheiros, honrado a Capital do Café, Osvaldo Macedo, Realmente, parece-me, aprioristicamente, que estes debates, o rumo pelo qual parecem envolver, neste final de Expediente, mereceriam um comedimento, uma ponderação, no exame para o lado que estes debates deveriam descambar, extrapolando, quem sabe, as esferas deste Poder Legislativo.

Ponderaria, como bem frisou, desta Tribuna, o Deputado Nilso Sguarez, quando se referiu àquele episódio da Indochina, que as crianças eram vítimas de decisão precipitada — quem sabe — mas não quero entrar em seu mérito. Poderia também, num paralelismo, num recurso de retórica — quem sabe — descambar para um episódio que poderia ferir sutilezas a um Deputado que está à margem dos debates. Mas, apenas, no caso, estaria no mérito do julgamento da Comissão. E para preservar a lisura de todos os parlamentares, entendo, como entendem também os Deputados

Osvaldo Macedo e Eneas Faria, vice-Líder da nossa Bancada, que, numa homenagem a este Poder Legislativo, aos trabalhos desta Casa, num sentimento de renúncia, que o episódio fosse aqui concluído e deixado ao julgamento de cada um. E que ele se esvasie nos precisos termos que já se falou desta Tribuna.

Agradeceria a V. Exa. e conclamaria aos Srs. Deputados, para que, encerrando este episódio, deixassem como está, porque naturalmente, remédio para ferida, o melhor deles é ainda água fria.

Deixo a V. Exas. a alta consideração de V. Exas. este meu apelo.

O SR. ADALBERTO DAROS — Gostaria de dizer, Srs. Deputados, que ao encerrar a minha oração no Grande Expediente, proferi que deixava a questão à consideração de cada um, à consciência de cada um. Isso lembro-me perfeitamente.

O SR. TRAJANO BASTOS — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Ilustre Deputado Adalberto Daros, as ponderações levantadas pelos ilustres Colegas quanto ao encerramento da questão, no meu entender — e a mim me parece — que dizem respeito unicamente ao episódio criado entre V. Exa. e o nobre Deputado Dácio Leonel.

No entanto, V. Exa. traz ao conhecimento da Casa matéria de alta importância, e como bem disse o nobre Deputado Osvaldo Macedo, envolve a integridade deste Poder Legislativo. E mais ainda, no aparte que V. Exa. concedeu ao ilustre Deputado Dácio Leonel, ele afirmou que a documentação lhe fora entregue por solicitação sua, pelo Deputado Alfredo Gulin, foi tão somente a documentação que isentaria o Deputado no incurso no Artigo 99, da Constituição do Estado.

Fica, agora, a grande pergunta: porque o Deputado Alfredo Gulin não entregou também a certidão que hoje V. Exa. traz a esta Casa?

O SR. PRESIDENTE — A Mesa comunica que está esgotado o prazo de 15 minutos para Explicações Pessoais.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, requeiro a prorrogação.

O SR. PRESIDENTE — Deferido.

O SR. GILBERTO CARVALHO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Agradeço a atenção do nobre Deputado e quero, nesta oportunidade, congratular-me com os Deputados Fidelcino Tolentino, Eneas Faria e Osvaldo Macedo, e também fazer um apelo a V. Exa.

Há uma posição de igualdade de todos os Srs. Deputados desta Casa. Assim, não desejamos que esta polêmica continue e então faço um apelo para que se desse por encerrado este episódio que não traz nenhum benefício à esta Casa e nem ao povo. Somos aqui Deputados da ARENA e do MDB, com a intenção de servir ao povo do Paraná e representá-lo bem nesta Casa. E se nós estamos aqui juntos, com esta mesma intenção, é preciso que nós entendamos bem. Discordamos sim, nos nossos pontos de vista, naquilo que apresentamos ou no encaminhamento dos projetos, mas não vejo porque se desentenderem pessoalmente os Srs. Deputados.

Assim sendo, faço um apelo ao Sr. Dácio Leonel e Adalberto Daros, herdeiro da dignidade e capacidade de seu saudoso pai Waldemar Daros, que tão bem conheci, faço um apelo, para alegria de todos os Srs. Deputados, para que o caso seja dado por encerrado e haja perfeito entendimento entre os Srs. Deputados

O SR. ADALBERTO DAROS — Repetindo o que disse aqui no

Grande Expediente, e o que disse o Deputado Fidelcino Tolentino, que dava o assunto por encerrado e que cada um pensasse como quisesse sobre o que eu disse aqui. Acredito que, se houve por parte do Deputado Dácio Leonel um parecer um tanto quanto, no meu entender, ofensivo, não poderia deixar passar em brancas nuvens, e quis apenas demonstrar que o havia sido dito no Requerimento, não era a totalidade da verdade, mas não foi dito, porque o Deputado Alfredo Gulin não entregou todos os documentos.

Esta é a verdade, se a certidão tivesse sido entregue ao Deputado Dácio Leonel, garanto que talvez o seu parecer fosse completamente diferente. Portanto, houve, não sei o que, por parte do Deputado Alfredo Gulin.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Inicialmente, nobre Deputado, devo expressar o respeito pessoal que V. Exa. sempre mereceu deste Deputado e também a admiração que tenho por V. Exa., fruto da amizade que sempre nos uniu.

Também respeito o que tenho pelo Deputado Dácio Leonel meu preclaro e eminente Vice-Líder da Bancada. Não poderia deixar que V. Exa. saísse da Tribuna sem formular um apelo também.

Ouvi os apartes que ofereceram a V. Exa. a grande maioria no sentido de apelar para o espírito público de V. Exa. a fim de que desse por encerrado este episódio tão desagradável. Quem sabe, se essa liderança e também um pouco responsável por ter originado o acontecimento que hoje está nos tomando o tempo. Porque esta liderança estava preocupada, de resto o Governo estava preocupado, o nosso Partido, mais do que o Partido de V. Exa. estava preocupadíssimo para encerrar o problema que dizia respeito a escolha do nome do Prefeito de Curitiba.

Confesso a V. Exa. que aquela preocupação de encerrarmos este problema, para que o Governo tivesse tranquilidade para iniciar uma administração em favor do povo é possível que tenha feito que alguns Deputados, sempre judiciosos e cuidadosos de suas responsabilidades, atendendo apelos da liderança no sentido de que impedisse qualquer demora na tramitação da Mensagem, tivessem que, sabe, preocupados com a matéria, procurado a

Junta Comercial ou nos órgãos competentes uma documentação mais esclarecedora para o assunto.

Mas, eu confiava e confio que o eminente Deputado Alfredo Gulin estivesse exercendo o direito de Deputado Estadual intervindo num ato, numa eleição da qual não participava nenhum parente seu, consanguíneo ou afim que seria, no meu entender, a restrição constitucional que se poderia na oportunidade levantar.

Apenas para justificar, quem sabe, o meu eminente companheiro, é possível que ao exarar aquele parecer ele tenha tido tão somente o cuidado de atender um apelo da liderança.

Por outro lado, quer me parecer, que a expressão impertinente não é absolutamente ofensiva porque mesmo nas sentenças de eminentes magistrados é, comumente usada esta expressão quando se pretende considerar o Requerimento extemporâneo e quando se pretende negar validade ao mesmo. Quero, com toda a sinceridade de propósito, isentar o Deputado Dácio Leonel de qualquer pretensão de ofender a dignidade de V. Exa. e, hoje, até quem sabe, justificar o seu espírito exaltado da Tribuna.

Nós que somos Deputados integrantes de uma Bancada governista nos irritamos, porque não dizer, com maior facilidade, não neste Plenário, porque neste Plenário somos tratados com uma consideração fora do comum por V. Exas. e por uma educação também elogiável.

Mas, quantas vezes, porque somos do Governo, somos procurados por centenas de pessoas com centenas de problemas diferentes e nos irritamos porque não podemos resolver os problemas porque achamos, como somos do Governo, temos a obrigação de resolvê-los. Então, quando chegamos ao Plenário, já estamos sobrecarregados de problemas a serem solucionados e portanto, muitas vezes, irritados. Acredito, que qualquer mal entendido faz com se extravase aquela soma de problemas armazenada sem pre no íntimo de cada um.

Talvez, tenha sido este o estado de ânimo hoje do Deputado Dácio Leonel. Não quero afirmar que seja. Mas, até, vendo o meu comportamento às vezes quero crer que tenha sido este o problema.

Queria, portanto, somar aos apelos formulados pelos ilustres e nobres Deputados das Bancadas do MDB e da Arena, no sentido de que encerrássemos o episódio, porque fomos eleitos para convivermos juntos, durante 48 meses e apenas se passaram 3 meses. Que este resto de mandato seja exercido num clima de confraternização, de amizade, de diálogo, de ética parlamentar e eu sei que V. Exas., mais do que ninguém, haverá de nos propiciar.

Muito obrigado.

O SR. ADALBERTO DAROS — Agradeço o aparte do Deputado Ivo Thomazoni, e devo, meu caro Deputado, é verdade, apenas para encerrar, que o termo "impertinente" é usado em belos pareceres mas nunca seguido do termo "descabimento". Somente isto, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 17, quinta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 6/74, 8/74, 4/75, e de Lei nºs 209/73 e 159/74.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 71/73, 73/73, e 78/73.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 79/73, 10/74, 13/74, 2/75, e de Lei nº 20/74.

marcando ainda uma Sessão para sexta-feira, dia 18, às 10,00 horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução nºs 29/73,

15/74, 16/74 e de Lei nºs 406/68, 97/73, 117/73, 19/74 e 123/74.

Levanta-se a Sessão.

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 204/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1138/75, de 19 de fevereiro de 1975, deste Poder.

#### R E S O L V E:

conceder, nos termos do parágrafo único, do Art. 247, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, a MARINA CUNHA MARTINS, ocupante do cargo de nível PL "25", da Série de Classes de Economista, do Grupo Ocupacional de Economia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, três (03) meses de licença especial, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 1º de abril de 1968 a 1º de agosto de 1973, antecipado em razão de férias referentes aos anos de 1968, 1969, 1970 e 1971, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 16 de abril de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 205/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2219/75, de 18 de março de 1975, deste Poder.

#### R E S O L V E:

dispensar, a pedido do funcionário JOÃO MARIA SERPA, ocupante do cargo de nível PL "29", de Advogado do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, do cargo de Chefe de Gabinete da 3ª Secretaria, a partir de 18 de março de 1975.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 16 de abril de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO Nº 206/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2973/75, de 4 de abril de 1975, deste Poder.

#### R E S O L V E:

nomear, para exercer o cargo de Chefe de Gabinete da 2ª Secretaria, deste Poder, de provimento em comissão, símbolo 2-C, OSVALDO ALENCAR FURTADO, percebendo as vantagens inerentes ao cargo, a partir de 1º de abril de 1975.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 16 de abril de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 207/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2845/75, de 3 de abril de 1975, deste Poder.

**R E S O L V E:**

exonerar, a pedido, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, o funcionário ROGÉRIO BERGER, ocupante do cargo de Economista, nível PL "27".

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 16 de abril de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO – Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA – 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET – 2º Secretário

PORTARIA Nº 179/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E:**

revogar a Portaria nº 57/75, de 12 de março de 1975, na parte referente ao funcionário OPHIR FABELINO DE SOUZA, ocupante do cargo de Oficial Legislativo, nível PL "23", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a partir de 1º de abril de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 16 de abril de 1975.

- a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral.